

TAPERA DA BASE - BAIRRO?



Universidade Federal de Santa Catarina
Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso | 2006.1
Acadêmica: Luciana da Rosa Espíndola
Orientador: Lino Bragança Peres

APRESENTAÇÃO

O atual trabalho teve início com desejos de aprofundar e detalhar as temáticas e os conceitos da cidade no sentido de como e porque ocorre a segregação urbana. Ainda que no começo do estudo e da pesquisa não se tinha muita noção de onde chegar e o que trabalhar envolvendo esses pontos de interesse pessoal até o momento.

Por isso, de primeira vista a parte descritiva onde revisa a temática parece ser longa em relação ao restante do trabalho. Porém, tem como objetivo reunir a visão de diversos autores experientes nesse assunto que apontam o caminhar da sociedade urbana brasileira. Assim esse referencial teórico inicia ao expor o espaço urbano como cidade capitalista regida por ideologias ditadas por uma classe minoritária e dominante na sociedade que orientam as normas de uma sociedade excluída desse processo especulativo, o qual induz e propõe as referências de preço do solo urbano conforme seu agrado. Nesse processo, a população sem condições de pagar o custo mínimo por moradia adequada no solo vê saída para seus problemas habitacionais ao escolher um local onde não precisa pagar sua localização os assentamentos “ilegais” e “informais” geralmente loteamentos vazios, encostas, áreas protegidas ambientalmente sem o mínimo de infra-estrutura nas áreas mais longínquas da cidade, assim gerando a segregação urbana.

Após um fechamento teórico, descreve-se brevemente a evolução e a problemática do quadro da urbanização brasileira. Em contrapartida, mostra o papel dos programas de regularização fundiária nesse processo.

Só aí então que se chega no ponto que geralmente é visto como o ponto central desse trabalho acadêmico. Dento desse âmbito abordado até o momento, escolheu-se a Tapera da Base - Florianópolis para ver a relação existente desse espaço com as teorias estudadas.

JUSTIFICATIVA

O desejo de aprofundar os estudos nessa temática urbana da segregação urbana iniciou quando em algumas leituras durante o curso observou-se como os autores expõem o assunto da problemática social de forma tão transparente e clara, mas mesmo assim a população de forma geral fecha os olhos e não enxerga a realidade em que se encontra. Muitos aspectos é importante para aprofundar esse entendimento.

O motivo de escolher esse local começou com as curiosidades de uma “manezinha” que pouco vivenciou as histórias desse trecho no sul da Ilha. E o motivo é fortalecido ao perceber que nem todos moradores da cidade, incluindo aqueles que nasceram e cresceram nesta, conhecem ou ouviram falar desse espaço, nem sequer sabem onde se localiza.

A Tapera parece um local que poderia estar inserido em qualquer outro lugar, cidade ou estado. E isso a faz diferente em Florianópolis. A decisão pela Tapera como objeto de caso é avaliar o porquê disso, e a relação da sua inserção e integração na cidade.

OBJETIVOS

GERAL

Identificar principais precariedades atuais da comunidade da Tapera da Base para estabelecer diretrizes que possam qualificar o lugar.

ESPECÍFICOS

- Aprimorar o referencial teórico relacionado à temática da segregação urbana;
- Relatar brevemente o quadro urbano e social em que o objeto de estudo se insere (Brasil e Florianópolis);
- Expor o processo de evolução urbana da comunidade Tapera, no contexto histórico, urbano e social;
- Identificar os indicadores e indutores da expansão e transformação urbana, assim como os motivos de escolha do lugar como moradia na cidade;
- Avaliar a configuração e a integração do bairro na cidade e no entorno;
- Identificar a situação atual com as problemáticas existentes dando destaques às mais preocupantes;
- Comparar o zoneamento atual e previsto pelo Plano Diretor e Plano de Desenvolvimento Entremares e assim indicar previsões da expansão urbana na região;
- Elaborar diretrizes gerais e específicas de proposta relacionada ao controle do crescimento local, ao suprimento de infra-estrutura e à espacialização de equipamentos urbanos.

METODOLOGIA

O presente trabalho iniciou-se com uma extensa pesquisa bibliográfica de assuntos gerais com as palavras principais: cidade capitalista; segregação e expoliação urbana, agentes sociais e ideologia; especulação imobiliária; visão entre as classes sociais; e movimentos coletivos.

A partir daí escolheu-se a Tapera da Base como objeto de estudo. Mas primeiro analisou-se sua inserção no país e na cidade. Então, estudou-se o processo de urbanização brasileira e suas problemáticas atuais, como a periferação; e as soluções até então expostas, como a regularização fundiária e as ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social. Sobre Florianópolis pesquisou-se autores que expõem a evolução do crescimento urbano da cidade até o ponto da segregação urbana insuficiências nas políticas habitacionais.

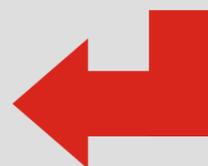
A pesquisa mais profunda sobre os dados referentes à Tapera teve princípio com conversas com o morador da Tapera e também geógrafo Jefferson Proêncio Ribeiro da Silva. Os dados coletados por este mesmo autor (SILVA, 1991) por serem da época em que a Tapera deu seus primeiros passos no crescimento populacional na década de 1990, permitiu uma comparação interessante com dados atuais da pesquisa elaborada pelo Grupo INFOSOLO Florianópolis (2005). A minha participação nesta última, como pesquisadora de campo ao entrevistar diversos moradores na comunidade foi a maior contribuição para absorver o olhar de cada pessoa ao conversar, e também percorrer praticamente todos os lugares do bairro.

A pesquisa foi acrescentada com coleta de materiais em órgãos públicos como as aerofotos e mapas base disponíveis no IPUF (2006), levantamento em campo com anotações, registros fotográficos e conversas informais com moradores e com representante do Centro Comunitário da Tapera.

A maior dificuldade até o momento é conseguir os materiais nos órgãos públicos, onde sempre é necessária uma burocracia um tanto demorada. E também outra dificuldade foi a escassez de materiais específicos sobre a evolução histórica e urbana da Tapera, dando uma certa insegurança ao falar sobre o local.

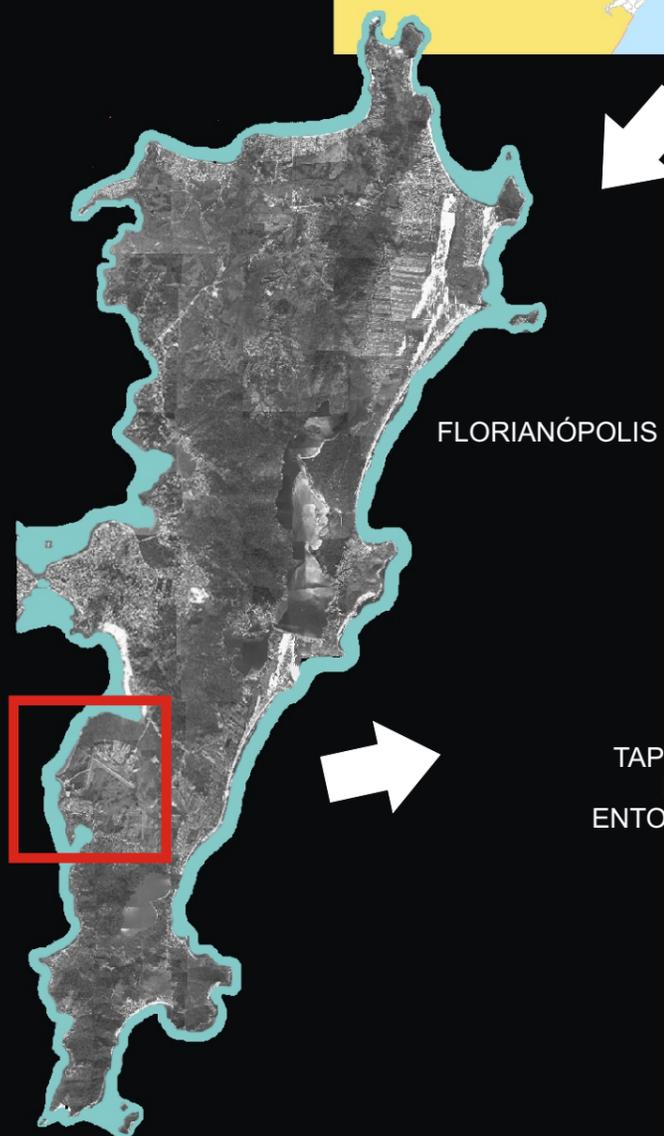
Todavia, ambas dificuldades estão sendo vencidas e é possível nesse momento do trabalho analisar estes dados coletados e verificar fatores interessantes como o estado de pobreza do local, tanto na distribuição de renda, quanto na distribuição de infra-estrutura.

Os próximos passos são estabelecer as diretrizes gerais e específicas de uma proposta de qualificação da Tapera, e aprofundar uma diretriz específica.



ATIVIDADES	AGO - 2005	SET - 2005	OUT - 2005	NOV - 2005	DEZ - 2005	JAN - 2006	FEV - 2006	MAR - 2006	ABR - 2006	MAI - 2006	JUN - 2006	JUL - 2006	AGO - 2006
Embasamento teórico													
Coleta e preparação de dados													
Análise dos dados coletados													
Estabelecer diretrizes gerais e específicas													
Aprofundar diretriz específica													
Organizar material para apresentação final													

LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO - TAPERA DA BASE



TAPERA DA BASE
LIMITES E
ENTORNO IMEDIATO



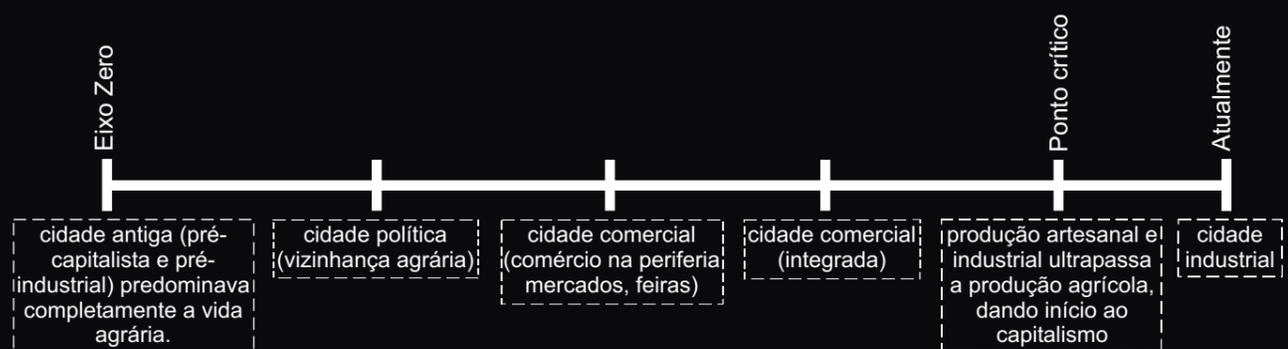
CIDADE = MERCADORIA CAPITALISTA

A cidade permite identificar sua especificidade, mensurar problemáticas e obter interpretações abrangentes de fenômenos resultantes da evolução de diversos momentos históricos. Lugar geográfico e político, comparado a um “teatro de conflitos”, apresenta processos econômicos, políticos e sócio-culturais que refletem as realizações técnicas, assim como o uso do território.

Entretanto, segundo Lefebvre (1991), para diagnosticar a problemática da cidade, deve-se antes: compreender as suas filosofias ao definir globalidade, obter os conhecimentos parciais referentes à mesma, assim como, as aplicações técnicas desses conhecimentos e a justificação das aplicações (o urbanismo como ideologia). No entanto, são insuficientes as definições básicas apenas como “projeção da sociedade sobre um local” ou “conjunto das diferenças entre as cidades”. A análise teórica da cidade abrange em sua metodologia itens como: forma, função e estrutura; níveis e dimensões; texto e contexto. Incluindo seus aspectos: internos, relacionados ao território e no conjunto social.

O “grande teatro” (SANTOS, 1998) é dirigido pela lógica de acumulação capitalista que dita as relações dentro do ambiente urbano e organiza roteiros, cenários e atos que se desenvolverão no mesmo, configurados conforme o momento histórico. Prova disso é a transformação das cidades em produtos estratégicos para acúmulo capitalista, com o avanço tecnológico, quando padrões de consumo entram em ascensão.

A relação cidade-campo muda no decorrer do tempo histórico, segundo a época e os modos de produções. Tal relação pode ser visualizada em um traço imaginário que representa o eixo de urbanização (LEFEBVRE, 1991):



Esse ponto crítico apresenta um duplo processo (industrialização e urbanização) que gera explosão/implosão; condensação/dispersão nas cidades. A forma da cidade tradicional explode morfológicamente em pedaços devido à industrialização e urbanização global, originando a crise mundial da agricultura. Assim, camponeses sem sua sustentação de meio de vida são empurrados para a cidade, acabando nas favelas e em miséria problemática abordada no presente estudo. Adiante no trabalho será abordado a temática da industrialização como influência capitalista desde a visão do Brasil, Florianópolis (ambos de maneira sucinta) até chegar na análise da Tapera da Base como objeto de estudo.

“A cidade é também, e, sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com seus expropriadores. É, portanto, teia de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica” (KOWARICK, 1979, p. 09).

A expansão capitalista concentra rendas e populações, reordenando as relações sociais de exploração. Controla a terra urbana e os recursos de infraestrutura das cidades - instrumentos para espoliação social.

O espaço é sinônimo de mercadoria estratégica e política do capital. Por isso, o urbanismo é tido como instrumento essencial na conexão dos fragmentos político-sociais com uma renovação econômica e espacial. As parcelas da cidade são apropriadas, e as “dominantes” regem o modo de comportamento da vida local. Nesses locais privilegiados de consumo, a diferenciação de classes e a segregação social são desencadeadas.

O ato de governar é privilégio de uma elite, restrita e iluminada. Essa minoria é quem decide o que é certo e errado para o conjunto da sociedade, desclassificando a interferência da camada popular no processo decisório. A visão elitista e autoritária guiada por um pequeno grupo de esclarecidos influencia diretamente a concretização da política e economia no desenvolvimento do país. Um processo dilapidador que depreda parte da mão-de-obra (KOWARICK, 1979).

AGENTES SOCIAIS E A IDEOLOGIA

A cidade cresce motivada por diversos agentes sociais. Lobato (1989), classifica-os em: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. A expansão urbana é direcionada para onde as classes dominantes ditam. Estas classes estão aliadas a forças políticas que aplicam o que exigem. Realmente, é o Estado que tem o poder de intervenção em favorecer ou prejudicar interesses sociais e é através da legislação vigente que isso acontece.

A classe dominante faz do Estado, o suporte mítico do “interesse geral” de toda a sociedade. Marx e Engels afirmavam isso quando comentavam em suas teorias que o Estado é o suporte do interesse geral da classe capitalista, e seu poder, independentemente da sociedade, “se torna o organismo de uma certa classe, fazendo prevalecer diretamente a dominação dessa classe”. O Estado perde a universalidade quando representa o coletivo capitalista (LOJKINE, 1997).

Na cidade capitalista, comercial e industrial, o Estado político acompanha a ascensão do capitalismo, do qual a burguesia se apodera para gerir o conjunto da sociedade (LEFEBVRE, 1991). Todavia, ainda constitui-se o agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos e infraestruturas urbanas para as diferentes classes.

A oposição entre classe operária e burguesia transparece nas diferentes opiniões de interesses urbanos. O Estado fica nessa divisão de interesses, como uma contradição. Enquanto dá amparo ao processo de acumulação e dominação burguesa, em paralelo legitima-se face à população dominada às custas da qual se dava essa mesma acumulação. Os conflitos de classe, com diferentes pressões e solicitações, tem a resposta do Estado através das suas decisões de distribuição.

A classe dominante guia e define quanto, quando, como e onde aplicar a infraestrutura. E ao fazer isso afirma que essa decisão é a real necessidade de toda a sociedade e que isso trará grandes melhorias de vida para todos. Essa minoria transforma o “seu” problema em um problema de “todos”. Com essa ideologia, justifica-se obras e leis impostas e esconde-se o real processo de construção da cidade. E os excluídos desse processo, muitas vezes levados por um processo de conformismo e por uma inércia negativa estão cansados para lutar por seus direitos, por isso, acreditam e aceitam essa ideologia como a possibilidade de um espaço urbano ideal.

Os benefícios isolados na sociedade, como ações paternalistas e “clientelistas”, significam uma ilusão de solução, agravando as distorções da sociedade. O Estado omite-se na provisão das necessidades. E em fases curtas e transitórias no período populista orienta-se para o atendimento das carências urbanas. Enquanto isso, a extensão das carências urbanas vai se avolumando.

VALOR DO SOLO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

A terra é um bem não-produzível que adquirir um preço. “A terra urbana somente adquire um preço porque seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade” (RIBEIRO, 1997, p. 40). Como propriedade privada e mercadoria passa ser visada por seu valor. A distribuição da infra-estrutura no espaço dita seu preço. A localização e acessibilidade são produzidas sob o comando da classe dominante que aciona o Estado, os empreendedores imobiliários e a ideologia (VILLAÇA, 1986). Portanto, condiciona onde e de que forma as classes sociais poderão localizar-se nessa configuração espacial controlada por uma rede de agentes interessados (comerciais, financeiros).

A especulação imobiliária significa mais do que reter terrenos. Também é o ato de direcionar a infraestrutura. Segundo Campos Filho (1992, p. 20), a especulação imobiliária é o “ganho privado pelo proprietário de imóveis à custa de um investimento da comunidade, através da ação estatal”.

O Estado assume o papel de produtor e gestor dos elementos urbanos, do ponto de vista quantitativo, qualitativo e espacial, através do planejamento urbano. Sua função é criar suporte de infra-estrutura necessário, gerar os bens de consumo coletivo às necessidades da reprodução da força de trabalho. Esses bens e serviços canalizam a acumulação capitalista, são instrumentos de aceleração econômica.

O mercado de terras é mecanismo gerador dos problemas urbanos. O preço da terra é o mecanismo responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade. A especulação com os preços fundiários e a relação valorização fundiária e investimentos públicos (infra-estrutura e equipamentos urbanos) são conseqüências da distribuição desequilibrada das atividades no espaço e as irracionalidades no uso do solo.

Ao mencionar a articulação entre os agentes envolvidos na produção e apropriação do espaço, Ribeiro (1997) faz referência a dois tipos de demanda pelo solo urbano: agentes econômicos que investem seus capitais na produção e circulação de mercadoria que observam o espaço urbano como marco do lucro; e agentes imobiliários que observam o espaço urbano como objeto de lucro.

É importante entender o fator do preço do solo, pois no caso da Tapera será este um dos principais fatores de atrativo populacional para a área em época tão recente ao se comparar o restante da cidade de Florianópolis.

As rendas da terra surgem através de dois mecanismos responsáveis: processos capitalistas que utilizam o espaço construído (produção e circulação de mercadorias) e processos de produção de valores de uso que entram na formação do espaço construído. A renda da terra envolve a renda fundiária, preço de terra, renda diferencial, renda absoluta e renda de monopólio.

O produto terra e sua localização estabelecem relações de consumo e de valores que organiza o espaço intra-urbano. Segundo Maricato (1982), o preço da localização envolve a acessibilidade e serviços que esta dispõe (infra-estrutura de água, esgoto, pavimentação, eletricidade). A divisão econômica do espaço urbano advém da hierarquia de demandas por solo urbano determinada por “sobrelucros” de localização e condições específicas de valorização.

No mercado de moradia, oligopólio monopolista, o proprietário fundiário detém o monopólio sobre o uso do solo; o Estado investe em equipamentos coletivos e infra-estruturas e estabelece regulamentos urbanísticos (define os usos do solo); e os incorporadores fazem as políticas fundiárias, ou seja, as estratégias desenvolvidas aos proprietários e o Estado (RIBEIRO, 1997).

A divisão social e do espaço revelam a articulação dos sistemas espaciais do objeto imobiliário. A acumulação e a especulação são fluxos de interesses imobiliários. Pois, o estoque de terrenos trás garantia da continuidade da valorização do capital. O problema fundiário envolve a produção da moradia descontínua no tempo e no espaço.

O processo de especulação imobiliária de forma resumida explica-se através do seguinte desenho de um espaço urbano:



SEGREGAÇÃO E ESPOLIAÇÃO URBANA

Enquanto a classe dominante pode seguir os passos dos investimentos no espaço urbano escolhendo onde habitar, pois certamente serão locais providos de equipamentos e serviços urbanos, muitos outros são excluídos desse processo. Essas pessoas sem acesso ao mercado imobiliário são jogadas às margens da cidade, nas periferias. Ou quando querem permanecer próximos à centralidade “preferem” habitar em locais ilegais e geograficamente perigosos como as áreas de proteção permanente ou de preservação (encostas, mangues, mananciais, dunas, restingas) invadindo propriedade pública ou privada para construir seu abrigo na informalidade.

Essa distribuição espacial e social advinda de um crescimento urbano acelerado e caótico imprime uma segregação espacial, onde as classes pobres seguem para zonas longínquas sem infra-estruturas urbanas. Kowarick (1979, p. 31) ao expor a espoliação urbana define as periferias como “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”.

O processo de expulsão inclui também a ação do poder público em planos de reurbanização ao desapropriar grupos pobres expulsando-os para áreas mais distantes. Ou as “reformas” no seu assentamento urbano com aplicações de infra-estrutura (aumento e melhoria na acessibilidade, saneamento básico, eletricidade, construção de equipamentos públicos) aumentam o preço do solo urbano (com impostos, alteração dos aluguéis) e estes grupos passam a não acompanhar o novo custo de sua propriedade, pois são para si custos inalcançáveis, assim são obrigados a sair de suas moradias dando estes espaços para classes que podem comprá-los. Parece traçado um movimento ou ciclo vicioso negativo que essas classes sofridas nunca poderão custear uma vida em um local suprido por esses bens materiais.

“Espoliação urbana é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 59).

Segundo o autor Lojkin (1997), a apropriação progressiva e contraditória da renda fundiária pelos grandes grupos monopolistas marca o desenvolvimento urbano e a manifestação espacial, com o fenômeno de segregação produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, determinados pela divisão social e espacial do trabalho. O mesmo ainda divide em três tipos de segregação urbana:

- 1 - Oposição entre o centro (preço do solo mais alto) e a periferia, levando em conta a importância da localização.
- 2 - Separação entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradias populares.
- 3 - Esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e mais especializadas. Zoneamentos.

Em seguida nesse mesmo texto seu Lojkin (1997, p. 244) ao comentar os diferentes interesses urbanos da classe operária e das camadas médias assalariadas (executivos) dentro da problemática dos anos 60, segue com outra divisão de segregação social e espacial:

- 1 - Nível da habitação: a lógica “operária” da “renovação-deportação” opondo-se à lógica do “emburguesamento” do centro urbano renovado ou das residências “para executivos”;
- 2 - Nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, sociais): o subequipamento dos conjuntos “operários” opondo-se aos superequipamentos dos conjuntos “burgueses”;
- 3 - Transporte domicílio-trabalho: crise dos transportes coletivos para o operariado contrastando com os privilégios “burgueses” do uso do automóvel.

Essa tripla segregação sócio-espacial (entre atividades / residências e atividades / entre tipos de residências e modos de acesso aos equipamentos coletivos) mostra o diferente suprimento provido aos “executivos” (burguês e residencial) e aos “operários-empregados” (operário e industrial). E evidencia as diferentes categorias “superiores” e “populares”. Enquanto os “superiores” se instalam onde querem e podem, e os “inferiores” onde são obrigados.

A classe operária é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida pela explosão das antigas morfologias. Lefebvre (1991, p.114) afirma: “A destruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural)”. As elites constituem os guetos intelectuais em suas residências designadas em cidades científicas e a massa faz parte dos guetos mais ou menos “residenciais” nas cidades satélites ou nos subúrbios. Enquanto isso, o “fetichismo e a ideologia de transformação (por outras palavras: a ideologia de modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais” (p. 142).

A Tapera é uma ocupação recente em Florianópolis e é considerada um assentamento de baixa renda. No entanto, ela difere da maior parte das favelas da região que se caracterizam em malhas irregulares, edificações aglomeradas ou “amontoadas” situada nas encostas. Ainda que está perto do mangue, de ribeirões, do mar e da praia, é mais semelhante às ocupações irregulares existentes em São Paulo, em grandes terrenos planos.

Revisar os conceitos mais gerais sobre valor do solo, localização, especulação imobiliária, segregação e espoliação urbana, bem como quem são os agentes envolvidos é necessário no atual estágio do trabalho, pois ao entender como funciona realmente a cidade pode-se explicar melhor o espaço intra-urbano da comunidade Tapera, após entender o contexto em que ela se insere tanto no país quanto na cidade.

Já que dentro de uma comunidade encontra-se todos esses fatores citados. Como por exemplo a influência de construções vizinhas como a Base Aérea e o Aeroporto Hercílio Luz influenciam o espaço urbano do bairro. Ou, como abriga classes sociais distintas e porque atrai a ambas para moradia ou para lazer. Ainda saber porque a escolha das pessoas é em ir para outras regiões da Ilha ainda mais longínquas se podem encontrar uma praia de características físicas semelhantes na Tapera.

A Tapera pelos poucos relatos escritos encontrados mostra-se durante a história uma comunidade invisível para os responsáveis pela cidade. E agora uma das mais recentes dúvidas: se é realmente um bairro (dito por lei) ou não. E será que as condições de serviços e equipamentos são suficientes para ser um?

O Brasil é praticamente o campeão das desigualdades sócio-econômicas. De acordo com o índice de Gini que mede a desigualdade de renda em valores de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta), nosso país tem a **SEGUNDA PIOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO MUNDO**. O índice do Brasil é de 0,60, sendo superado só por Serra Leoa com índice 0,62. Em contrapartida a Áustria é uma das nações que tem a melhor distribuição de renda do mundo com 0,23 (RIBEIRO, 2005).

Apesar de ser destaque e forte representante em alguns setores econômicos, o Brasil ainda persiste com um grande problema a distribuição de renda. Segundo dados do IBGE (2004b apud FEITOSA, 2005), apenas 1% da população concentra 13,5% do total de rendimentos, um percentual próximo aos 14,4% acumulados pelos 50% menos favorecidos economicamente. Ou seja, enquanto são considerados 1,7 milhões de brasileiros ricos, **86,5 milhões de brasileiros estão em condições de pobreza**.

Ao comentar seu crescimento populacional e urbano nota-se que a taxa de mortalidade infantil inferior compensa o decréscimo das taxas de crescimento populacional. Com isso, apesar da forte queda de fecundidade nas últimas décadas, ocorre esse contrabalanço e o país apresenta um considerável crescimento populacional.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O Brasil percorre um processo de urbanização, desde o período colonial, agrícola, imperial, até os dias atuais. Investimentos em determinados momentos históricos, como companhia de energia, de telefone, de meios de transporte, bancos, instituições de ensino afetam a formação urbana. E conforme o censo demográfico (IBGE, 2000), o país constitui-se atualmente de 81,25% de cidades, com população fortemente urbanizada. Áreas urbanas, segundo o IBGE, são áreas caracterizadas por arruamentos, construções e intensa ocupação humana.

A **dinâmica das cidades** caracteriza o perfil da urbanização brasileira. No período colonial, o litoral destaca-se no território do país com a saída e a chegada de produtos para a metrópole. A rede urbana e o sistema de transportes representam um importante papel para a economia, juntamente com o cultivo de algodão, café e a busca por ouro. Também apresenta um significativo resultado para a estrutura territorial enquanto as cidades têm a função de armazenamento, transporte e comércio.

A **economia industrial** é lançada em meados da década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas. Até esse período prevaleciam as vilas operárias, onde os trabalhadores residiam nas proximidades do local de trabalho, por moradias resolvidas pela própria empresa.

Nas décadas de 40 e 50 a industrialização se confirma em grande escala no país. A transição de um país rural passa para um país de urbanização mais envolvente e presente. Assim a rede urbana é incrementada com a construção de redes de estradas para unir as cidades entre si. Grandes indústrias são concentradas e localizadas nos centros urbanos, atraindo uma densidade populacional. Esse processo de industrialização tem como consequência **a concentração de população em pólos urbanos e profundas transformações do processo de trabalho**. O quadro de modernização elevou as cidades à posição central na vida brasileira.

Com mais indústrias e mais trabalhadores, logicamente, aumentaram também as necessidades de mais habitações operárias. **Os terrenos então começam a valorizar por ser uma mercadoria necessária e escassa**. E o mercado imobiliário se prevalece como agente controlador dessas vendas. O Estado recebe a responsabilidade dos gastos com moradia, transporte, infra-estrutura.

E a população passa a percorrer mais um caminho: o da **“involução das condições de habitação no Brasil”**, especialmente na segunda metade do século XIX com a força do capitalismo, quando o “homem livre” despejado da sua terra, da sua oficina, dos seus modos de trabalho, dos seus meios de vida desloca-se para as cidades e enfrenta problemas de alojamento (habitação). Entre 1920 a 1950, a ideologia da casa própria como segurança única econômica e social é imposta. No entanto, esses refugiados dos campos não têm a oportunidade de partilhar tal ideologia e vê solução na obtenção de terra gratuita nos mangues, alagados, morros ou na invasão de terrenos privados ou públicos “vazios” (VILLAÇA, 1986).

A economia impõe uma dinâmica urbana na totalidade do território. Especialmente no fim do século XIX e começo do século XX, muitas capitais apresentam evoluções demográficas oscilantes, às vezes um pouco lentas e estagnadas (SANTOS, 1998).

INVERSÃO CAMPO - CIDADE

O crescimento demográfico, assim como a taxa de urbanização aumenta consideravelmente. Ocorre a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, indo do campo para a cidade. Ocorre um processo de urbanização acelerado, que é consolidada nas décadas seguintes. O que se observa hoje, é que o **inchaço demográfico** não é mais “privilégio” de poucas cidades brasileiras. O acelerado crescimento urbano, caracterizado por Milton Santos (1965) como um fator do mundo subdesenvolvido torna ainda mais crítica a deficiência da desigual distribuição de renda.

Com avanço da ciência, tecnologia e da informação, o país empreendeu-se num investimento impulsivo de infra-estruturas, sobrepondo a “materialidade” pré-existente. A remodelação do território significava a substituição do natural pelo técnico mecanização do território. O consumo popular intermitente e a expansão da classe média datam também essa época. Esse aumento do fluxo de pessoas que se direcionam aos centros urbanos, em busca da modernização, induzem a um encolhimento do território, com a explosão demográfica. **A descentralização leva à ocupação das periferias**.

Os surtos migratórios campo-cidade na busca pelo emprego urbano deparam-se com **a incapacidade das cidades gerarem empregos suficientes e absorverem a mão-de-obra excedente**. A industrialização induz a uma urbanização superacelerada com a migração campo-cidade, reduzindo as ofertas de emprego no mercado formal urbano. A resposta vem com o crescimento exagerado do mercado urbano informal de empregos, subempregos e desemprego. Essa escassez reduz a barganha por maiores salários e melhores condições de trabalho e vida nas cidades (CAMPOS FILHO, 1992).

A carência de empregos trouxe conseqüências como a **expansão das favelas, o crescimento da economia informal e o aumento do contingente de trabalhadores explorados**. Um processo de inchaço urbano acompanhado de problemas sociais, tais como a falta de moradias e favelização, a carência de infra-estrutura urbana, o crescimento da economia informal, periferação da população.

O **desequilíbrio das cidades brasileiras** é explicado por Campos Filho (1992, p. 103) quando afirma o “adensamento excessivo do centro, absorvendo a maior parte dos recursos públicos, por refazer e ampliar a infra-estrutura urbana, enquanto a periferia se rarefaz com enormes extensões vazias de glebas e lotes, com pouca ou nenhuma infra-estrutura”. A especulação imobiliária distorce o espaço urbano, com as áreas centrais congestionadas e periferias rarefeitas. E isso encarece os serviços urbanos e tudo que é produzido na cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

PROBLEMAS	SITUAÇÃO (2003)
Escassez da oferta e elevado preço da habitação	17 milhões de brasileiros (9,9% da população) moram em residências superlotadas (mais de três pessoas por dormitório) / 5,7 milhões de pessoas que residem em domicílios alugados comprometem excessivamente sua renda familiar com aluguel (mais de 30% da renda familiar).
Segregação espacial em assentamentos precários	6,6 milhões de pessoas vivem em 1,7 milhão de domicílios localizados em favelas e assentamentos semelhantes.
Proliferação de assentamentos informais	6,6 milhões de pessoas vivem em 1,7 milhão de domicílios localizados em favelas e assentamentos semelhantes.
Escassez de serviços de saneamento e infra-estrutura urbana	No Brasil, 28,5% da população urbana (41,8 milhões de pessoas) não têm acesso simultâneo aos serviços de água, esgoto e coleta de lixo.

Fonte: IPEA, 2005.

PERIFERIZAÇÃO

“O centro se esvazia, a periferia cresce. A maior parte da população não consegue se fixar nas áreas que o mercado imobiliário se organiza melhor. Sem condições para pagar por uma moradia adequada, dotada de infra-estrutura presente nas regiões mais centrais, a população se perifera” (ABRAMO, 2003, p.23)

As condições de alojamento são habitações precárias construídas com a ajuda mútua dos vizinhos e amigos em terrenos públicos ou privados nas periferias, nas encostas de morros ou terrenos alagadiços. Invadem terrenos que não precisam pagar a localização constituindo um “mercado ilegal e informal”, pois não são capazes de pagar o preço mínimo requerido no mercado “formal”. Esses assentamentos de baixa renda geralmente nomeados “favelas” são sua luta pela sobrevivência.

MORFOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS

“A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial” (SANTOS, 1998, p. 10). A morfologia desses espaços é a aparência de um **“eterno canteiro de obras”** (ABRAMO, 2003, p. 38), composto por barracos, cortiços, habitações precárias, aglomeradas em caminhos sem saneamento básico, ou até eletricidade.

Entre as formas de acesso a uma moradia localizada na favela cita-se: a ocupação individual e/ou coletiva de uma gleba ou lote urbano; a rápida construção de uma moradia precária; o longo investimento familiar na melhoria da residência; o desmembramento da unidade residencial em “frações” familiares (ABRAMO, 2003).

Entretanto, ocorreram mudanças na morfologia desses assentamentos. Nas habitações que antes predominava a madeira como material construtivo principal, agora passa a ser alvenaria. Tanto que a cor laranja dos tijolos aparentes não rebocados sobressai-se na paisagem. Também o acesso à terra que primeiramente é por ocupação e posse, nos assentamentos já consolidados é substituído por compra, venda e aluguel dentro de um mercado informal. O desenho urbano composto por cortiços e barracos cede lugar para sobrados. E as lajes são consideradas novo solo, novo lote que dão espaço para ampliação e construção de outras residências, surgindo assim pequenos prédios que crescem “colados” uns aos outros aproveitando todo espaço vazio de terra. E os moradores passaram a morar por mais tempo nessas comunidades, pois para a visão destes, este espaço é considerado parte integrante e estruturante da cidade.

VISÃO SEGREGACIONISTA DA CLASSE DOMINANTE

A cidade pouco aceita tais ocupações “informais”. A visão discriminadora que a sociedade imprime desses espaços urbanos é relacionada a um povo marginal, nordestino, negro, interiorano, colono, acomodado, ocioso, ignorante. No princípio, logo quando surgiram os primeiros assentamentos de baixa renda, essa **classe excluída e “invisível” para a sociedade** passou a representar um duplo perigo para a classe dominante. Um perigo era as epidemias que poderiam surgir advindas da concentração de miséria e das condições habitacionais precárias. Um segundo perigo seria como a **concentração espacial dessa massa ameaçava a manutenção do poder político até então direcionado à minoria elitista**.

Além disso, as áreas ocupadas por esses moradores (que viram como solução imediata à sua necessidade de morar onde não pagariam a localização) começam a valorizar e ser o foco de interesse da classe privilegiada, que pode escolher onde e como morar. Então se dizia que por motivos higienistas e político-militares seriam implementadas as renovações urbanas, como **“limpezas” urbanas**.

As medidas tomadas como os Códigos Municipais de Posturas tinham como razão exposta a melhoria da saúde pública, removendo a insalubridade. Mas, nunca foi mencionada a representação do valor dos imóveis dos burgueses e como esses assentamentos ilegais influenciavam-no. A verdade é que “tais regulamentações não visavam a saúde pública, mas **o afastamento dos cortiços das áreas onde a camada mais alta residia, circulava**”. O discurso de “embelezar e modernizar” a cidade aparecia com a abertura de grandes avenidas como espaço para o capital imobiliário. A visão segregacionista da classe dominante era exposta nos códigos ou leis municipais quando diziam que os cortiços deveriam ser estabelecidos “fora da aglomeração urbana” ou “fora do perímetro central” (VILLAÇA, 1986).

Uma proposta comum elaborada era a demolição e destruição desses bolsões de pobreza. E foi o que aconteceu especialmente nas décadas de 1950 e 1960 com as **“desfavelizações”**, quando esses aglomerados urbanos “sujos” eram destruídos e os favelados eram transportados para conjuntos habitacionais distantes. Porém, a diferença entre o número de demolições não superou e supriu as relocações de uma população que continuava a crescer constantemente. Na década de 80, após fracassos na remoção e transferência dos moradores carentes, iniciou-se a aceitação das áreas informais como parte estruturantes e integrantes da cidade. Então, sugeriu-se a solução de **“urbanização das favelas”**.

O bicho (Manoel Bandeira, 1947)

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.*

No entanto, indo além dos discursos populistas da urbanização, a percepção da cidade ainda continua a tratar esse espaço segregados como invisível. Manuel Bandeira no seu poema intitulado “O Bicho” (1947) deixa claro a percepção que a sociedade tece sobre a situação da classe marginalizada. O poeta apresenta a realidade em uma rápida análise de um cenário confuso aos olhos dos observadores: o homem marginalizado, lutando por um pedaço de comida no chão, nada mais parece que um bicho. Essa aparência do homem como um animal selvagem na luta por sua sobrevivência parece não fazer parte da realidade do observador e isso o incomoda causando estranheza com a situação que vivencia no momento. E como o observador se aflige momentaneamente por sua descoberta final de se tratar de um ser humano.

PAISAGEM DA POBREZA

Para Milton Santos (1997) a paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança, ou seja, aquilo que é visível. Deixa de ser apenas volumes, formas, mas agrega a sensação de cor, odor, som e movimento. Um vínculo de percepções dos nossos sentidos. E mais além, depende da nossa cultura, educação (formal ou informal), história, por isso que todos têm visões e versões diferentes de um mesmo fato ou de uma mesma paisagem. Por isso, pode-se dizer que as pessoas selecionam elementos da realidade e configuram a paisagem segundo essa seleção. “A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada” (SANTOS, 1997, p. 62 apud SANCHEZ, 2005).

Esse processo seletivo de apreensão depende do observador e a captação e percepção através de seus sentidos. O desafio é elaborar o real significado de uma paisagem, já que cada indivíduo faz as suas construções de significados baseados na história de sua vida pessoal e como foi sua socialização, de acordo com seu universo. **A percepção ideológica é a favela como paisagem invisível**. No entanto, deve-se ultrapassar essa ideologia imposta e interpretar além dos limites atribuídos pelas aparências, enfrentando o real significado da paisagem.

A paisagem pinta um quadro de **contrastes espaciais e sociais**. Interpolação entre favelas, cortiços, barracos próximos (mas separados por equipamentos de segurança) de condomínios fechados, edifícios, casas de classe média-alta. A própria qualidade arquitetônica revela a condição social dos seus moradores. Condomínios de luxo ao lado de favelas e bairros pobres. **A desigualdade está estampada na paisagem** e não tem como ter uma percepção diferente neste caso, pois não é invisível.

A “paisagem da pobreza” revela ainda mais, quando denuncia como a sociedade privilegiada representa essa classe, ao construir barreiras, limites físicos, para se proteger da violência. A consciência dessa classe tenta excluir totalmente os contatos com o setor marginalizado.

“A produção da paisagem da pobreza pela ideologia visa expressar os diversos interesses ideológicos na manutenção da situação existente. A produção de uma determinada paisagem da pobreza pela ideologia interfere tanto nas imagens que são veiculadas no cenário da sociedade como também na representação que se dá no âmbito da consciência pessoal da realidade social. A paisagem da pobreza, portanto, não está presente apenas nas diversas formas concretas de apresentação da realidade, por meio da produção de imagens, mas também no nível das representações” (SANCHEZ, 2005, p. 6).

DEFESA DOS DIREITOS = TEMOR DA ELITE

O fato de ser “favelado” o desqualifica como indivíduo urbano, que perde assim seus direitos. Uma vez que a favela é um atestado de má conduta, onde reside a patologia, doença, praga da cidade. O “problema favela” choca os bons cidadãos que apontam essas áreas da cidade como sendo destinadas à promiscuidade e vadiagem. Ainda a ideologia dominante encara esse povo como pueril e imaturo, incapaz de participar nas decisões. Mas, na verdade, **temem os processos coletivos, pois abrir espaços significaria a inversão das desigualdades historicamente concentradas em benefício de uma minguada minoria** (KOWARICK, 1979).

A classe dominante teme perder seu privilégio único de tomar todas as decisões de certo e errado para o conjunto da sociedade, desclassificando a interferência da camada popular nesse processo. Então, a visão elitista e autoritária guiada por um pequeno grupo de esclarecidos transmite a impressão de que a sociedade brasileira é muito boa, no entanto frágil, e pode ser facilmente impregnada por interesses estranhos. Quem critica, denuncia, pressiona está contaminado por um “corpo estranho”. Essas conspirações perigosas põem em risco a ordem social. E é dever do Estado guiar a sociedade civil até esta criar “anticorpos” (KOWARICK, 1979).

Todavia, com a crise habitacional a classe que pensam ser acomodada aflorou na sua consciência social o seu direito à moradia, à cidade. Acordam para discutir seu conjunto de direitos e deveres como cidadãos. As expulsões das famílias mais pobres para a periferia urbana, cada vez mais longe de tudo, provocam manifestações individuais de insatisfação, as quais contribuem para o “clientelismo”. A evolução capitalista nos inseriu um pensamento materialista, onde os indivíduos esquecem-se dos ideais e do caráter coletivo. Permitiu-se o individualismo competitivo, assim exprime-se uma sociedade vulnerável e alienada.

Mas este “clientelismo” é freado pela organização dos movimentos coletivos. A reivindicação dos movimentos sociais urbanos traz a tona os direitos mínimos do cidadão na cidade, como o de habitar com dignidade, direito à vida segura, com estabilidade no emprego, ganho correspondente estável. Os conselhos comunitários são exemplos de como a comunidade está interessada em participar do processo decisório, unindo as forças populares para evitar as ações paternalistas do Estado que trazem benefícios isolados (CAMPOS FILHO, 1992).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

“Os assentamentos informais e a conseqüente falta de segurança da posse, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida para os ocupantes resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas. Mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes e adequadas de acesso à terra urbana e à moradia para os pobres, provocando assim a ocupação irregular e inadequada” (ROLNIK et al, 2002, p. 12).

As leis ao passo que definem padrões de legalidade, contribuem também no papel da reprodução da informalidade e da segregação, pois se baseiam em critérios técnicos irreais. Mas essa informalidade é ignorada e tolerada desde que esteja afastada dos pontos mais visíveis ou das áreas mais valorizadas da cidade.

Algumas formas de irregularidade são as favelas, ocupações, loteamentos clandestinos ou irregulares e cortiços. Esses ocorrem geralmente em áreas loteadas ainda não ocupadas, áreas alagadas, áreas de preservação ambiental e áreas de risco.

ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade com discursos de direitos (como o direito social dos ocupantes de assentamentos informais à moradia) supre a falta de uma política nacional inexistente desde meados da década de 1980. Um de seus objetivos é promover reformas urbanas, estruturando as políticas fundiárias garantindo moradia e posse de terra aos habitantes dos assentamentos de baixa renda, ainda evitando que estes continuem proliferando-se da forma descontrolada que se caracteriza atualmente.

“O Estatuto da Cidade oferece um conjunto de instrumentos que incorporam a avaliação dos efeitos da legislação urbanística sobre o mercado de terras, propiciando ao município uma maior capacidade de intervir e não apenas normatizar e fiscalizar no uso, na ocupação e na rentabilidade das terras urbanas, realizando, assim, a função social da cidade e da propriedade” (ROLNIK et al, 2002, p. 139).

Esse instrumento jurídico dá suporte à ação dos governos municipais que enfrentam graves questões urbanas, sociais e ambientais que afetam a vidas dos diversos habitantes das cidades brasileiras, especialmente na questão da regularização fundiária. É importante a “formulação de diretrizes de planejamento urbano e na condução do processo de gestão das cidades” (ROLNIK et al, 2002, p.26).

PASSOS DA REGULARIZAÇÃO

O termo regularização pode ser focado de diferentes pontos de vista. Dois desses focos são: programas de urbanização das áreas informais e políticas de legalização fundiária das áreas e dos lotes ocupados informalmente. Mas antes de definir os planos e programas de regularização, deve-se cuidar com a falta de informação que pode ter graves conseqüências tais qual a reprodução da informalidade. Entender os principais e mínimos conceitos dos conteúdos e expressões que envolvem esse processo urbano é um comprometimento nessa construção social.

“O primeiro passo para implementar um programa de regularização é identificar, localizar, dimensionar as irregularidades que existem na cidade, para depois aplicar uma estratégia específica para cada caso” (ROLNIK et al, 2002, p.28). Mas o que seria irregular na cidade? Tudo aquilo que não compete o que a lei explicita? Quais seriam as diferenças entre loteamentos clandestinos e favelas? Porque e quando é necessário implementar programas de regularização?

Os loteamentos irregulares são aqueles cujo projeto e construção não são apresentados ou aprovados pela Prefeitura. Geralmente, a pessoa que constrói não é proprietária legal da terra. Mas podem ser atos feitos desde por famílias de baixa renda (em conjunto ou de forma isolada) que ocupam loteamentos ou por famílias da classe elitizada que têm interesses próprios em construir em áreas não permitidas como as áreas de preservação ambiental (próximos à praia ou lagoas). Já as ocupações e favelas são diferentes dos loteamentos, pois nestas “não se estabelece nenhuma relação jurídica formal entre os ocupantes e os proprietários das áreas privadas ou públicas”. Também nessas ocupações feitas espontaneamente ou de forma organizada pela população de baixa renda o parcelamento, uso e ocupação do solo não se enquadra nas normas das legislações de uso e ocupação do solo vigente.

ESTRATÉGIAS

Outras estratégias para construção de um programa de regularização são: compor uma equipe de trabalho dedicada a esse processo; identificar as áreas irregulares através de mapeamentos e cadastros; estabelecer critérios para definir quais áreas devem ser objeto de regularização; integrar as ações de urbanização com as ações de regularização; constituir mecanismos de parceria e interlocução com a comunidade das áreas irregulares; além das parcerias e cooperações técnicas para a promoção da regularização (ROLNIK et al, 2002). Lembrando-se de que esse processo de democratizar o acesso à moradia e promover amplas reformas urbanas não deve ser formulado e ocorrer de maneira isolada, mas sim ser integrado com outras políticas públicas preventivas, para evitar gerar mais exclusão, segregação e informalidade.

PORQUÊS

- Assegurar o uso e a ocupação do solo adequado às necessidades de moradia digna dos moradores;
- Combater a desigualdade social e melhorar as condições de vida da população dos assentamentos informais e precários;
- Por ser o principal ente federativo responsável pela promoção da política urbana, que engloba a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, assegurando-se o direito à moradia da população;

QUANDO

- Prioritariamente nas áreas públicas municipais que oferecem risco de vida ou de saúde aos ocupantes, e mediante cooperação com a União e os estados nas áreas públicas federais e estaduais;
- Nas áreas públicas de ocupação consolidada para fins de moradia (favelas e conjuntos habitacionais) que não sejam áreas de risco, onde possam ser aplicadas as Concessões Especiais de Uso para fins de Moradia e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU);
- Nas áreas desapropriadas pelo município para o desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social (loteamentos ou conjuntos habitacionais), ou desapropriadas para a solução de situações de conflito;
- Nas áreas particulares ocupadas por favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos, onde seja possível aplicar os instrumentos do Usucapião Urbano e da lei nº 6 766/79;
- Nas habitações coletivas de aluguel (cortiços) sem condições mínimas de moradia, ocupadas pela população de baixa renda.

(ROLNIK et al, 2002, p.33)

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS

Quando se reforma algum espaço urbano pode ocorrer o processo contrário desejado na regularização fundiária aumentando-se as exposições desses moradores de assentamentos de baixa renda à expulsão e remoção. **A valorização da terra induz uma mobilidade urbana** em que as famílias mais pobres vendem suas residências para famílias que têm renda maior que a sua. Essa tendência trás conseqüências como uma homogeneização sócio-espacial onde foi aplicado o programa de regularização. Então, deve-se cuidar com as propostas para que estas respeitem as particularidades locais, as redes sociais existentes e a reciprocidade comunitária, sendo propostas definidas com uma democracia participativa.

“Por isso, recomenda-se que, paralelamente à regularização jurídica do assentamento, a regularização fundiária seja acompanhada pelo instrumento urbanístico das ZEIS. **As ZEIS gravam a área do assentamento regularizado como de interesse social**, ou seja, a destinação de terreno, independentemente de quem esteja morando ali, é a habitação de interesse social, o que induz à diminuição da vantagem da especulação imobiliária nessas áreas, já que o mecanismo reduz o valor do terreno” (ROLNIK et al, 2002, p. 150).

As ZEIS têm experiência pioneira no Recife, com o PREZEIS que reconhece a necessidade de um tratamento legal e diferenciado para as áreas pobres, considerando suas características socioeconômicas e espaciais ao mesmo tempo em que promove a regularização fundiária.

“As ZEIS são destinadas prioritariamente para a produção e manutenção de habitação de interesse social, a fim de **promover a regulação jurídica da área, a implantação de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários e a promoção de programas habitacionais, incorporando os territórios da cidade informal à cidade legal...** O reconhecimento de determinada área favelada da cidade como ZEIS se dá através de projeto de lei específico, ou da respectiva previsão no Plano Diretor, devidamente aprovado pela Câmara de Vereadores, pois ele altera o zoneamento da cidade e estabelece padrões específicos de uso e ocupação do solo” (ROLNIK et al, 2002, p. 92, 94).

As ZEIS respondem ao desafio lançado de como regularizar sem alimentar o círculo vicioso da irregularidade, gerado em alguns casos pela valorização dos imóveis após o processo de regularização fundiária. No entanto, outro cuidado é as promessas de campanhas populistas que trazem a perspectiva de regularização como ações curativas e parciais. O não cumprimento desses planos que não passam de marketing estratégicos ilude a população e funciona como atrativo maior à irregularidade.

FLORIANÓPOLIS - REALIDADE OCULTA NA "MAGIA"

A análise da realidade social convém, compreender a dinâmica própria da estrutura social e forma como esta configura o conjunto da sociedade. Ou seja, assim também o espaço em geral é um conjunto de "fixos" e de "fluxos" que está dado pelo movimento existente, pela **dinâmica presente na estrutural social** (SANTOS, 1997 apud SANCHEZ, 2005). É necessário perceber como a estrutura social presente na cidade produz a pobreza e, em contrapartida, a riqueza.

O crescimento urbano de Florianópolis teve vários momentos de prosperidade e estagnação, sempre influenciados por acontecimentos externos e evoluções tecnológicas. Sua paisagem modifica-se sucessivamente, devido à contínua evolução urbana capitalista, desordenada e acelerada.

Desde a sua fundação em 1766 até meados dos anos de 1940, Florianópolis destacou-se como principal centro econômico do estado catarinense. No séc. XIX era o principal porto de importação/exportação tendo como base econômica o comércio. Assim como também era ponto estratégico militar de defesa portuguesa. No entanto, aos poucos foi perdendo a relevância econômica para outras regiões do estado, outras capitais regionais como Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma e Chapecó (PERES, 1994).

Ainda agrava a situação da capital catarinense com a crise mundial em 1929. Enquanto o país avançava na tecnologia e modernização, Florianópolis ficava à margem desse processo, pelo menos até o início da década de 1950, com a instalação de novos serviços de luz e água. E a partir da 1ª Guerra Mundial ocorrem transformações com o crescimento da construção civil com a ampliação dos órgãos estatais e serviços públicos em geral.

Entre 1956 e 1960 com a crise da inflação brasileira, e sem o impulso do governo de obras nessa região, decresce o setor de construção civil em Florianópolis, deixando assim a população insatisfeita. Inverte-se a situação apenas em meados da segunda metade da década de 1960 com a indústria de construção e ampliação dos órgãos estatais em virtude do incremento da gestão pública no período militar.

Também em meados de 1960 começa a modificar as características da economia de subsistência das regiões mais afastadas na cidade ("interior da Ilha"), especialmente nos balneários.

Segundo Peres (1994), Florianópolis apresentou 4 etapas principais de crescimento:

Antes da construção da ponte Hercílio Luz (séc XIX - 1926): centrada nas atividades portuárias.

De 1926 até o final dos anos 30: com o crescimento continental

1940-1960: queda das atividades portuária dá lugar para gestão pública, com expansão das atividades públicas (instituições) somada ao setor da construção civil.

1970-1980: grande expansão da gestão pública, centralização da administração (política do regime militar), explosão do setor imobiliário, dos serviços e posteriormente (déc 80) do turismo.

ESPECULAÇÃO

A respeito da distribuição sócio-espacial da população na capital destaca-se a especulação imobiliária desde seu início do processo de urbanização. Por exemplo, com o crescimento populacional entre os anos de 1930 e 1940, novas exigências de serviços e infra-estrutura eram elaboradas pela população insatisfeita que pressionava para subdividir os enormes terrenos posses de uma minoria.

O Plano Diretor (1952) definiu os principais eixos viários a serem construídos. A valorização dos terrenos próximos à infra-estrutura e a transferência das rendas absolutas e diferenciais para o setor do capital imobiliário são bases para a acumulação territorial e imobiliária nos anos 1960 à 1980 (PERES, 1994).

A especulação imobiliária sempre exerceu autoridade nas ocupações espaciais. Dita a orientação do crescimento da ocupação urbana. Com a modernização da estrutura urbana na década de 1970, sítios foram desapropriados, outros foram loteados e vendidos rapidamente, e apenas os que tinham condições de pagar essa mobilidade urbana acompanham esse processo especulativo.

FENÔMENO DA CONURBAÇÃO

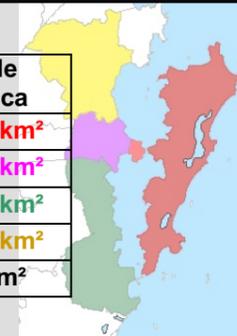
Nos anos 60 o crescimento acelerado destaca-se nos municípios vizinhos da capital catarinense: São José, Biguaçu e Palhoça. A construção da Ponte Colombo Sales, pavimentação da BR-101, expansão dos órgãos públicos, ampliação da rede de comércio e serviço, desenvolvimento acelerado no setor da construção e imobiliário reestruturam a malha urbana, assim como o uso do solo.

O fenômeno da conurbação nos anos 70 deve-se ao crescimento acumulativo do Aglomerado Urbano de Florianópolis em função do desenvolvimento econômico de outras regiões.

Evolução do crescimento da população da área conurbada de Florianópolis

Municípios	1970	1980	1991	2000	Taxa de urbanização	Densidade demográfica
Florianópolis	138337	187871	254941	341781	97,04	757,83 hab/km ²
São José	42535	87817	139312	173239	96,68	144,00 hab/km ²
Palhoça	20652	38031	68298	102671	95,29	274,54 hab/km ²
Biguaçu	15337	21434	84027	48010	89,26	143,15 hab/km ²
Total	216861	335153	546578	655701	96,18	567 hab/km ²

Fonte: IBGE apud PMF, 2002.



A partir da década de 70 o Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF) apresenta um acelerado crescimento urbano. É nesse mesmo período que ocorre um significativo fluxo migratório em direção à região de pessoas que procuram melhores condições de vida, através de emprego e moradia seguros. Grande parte dos migrantes pertence às classes de renda mais baixa, fixando-se geralmente nos Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis, e são oriundos do interior do estado catarinense.

População residente não natural dos municípios da área conurbada de Florianópolis - Número de Migrantes por Municípios - dados IBGE

Municípios	1980	1991	1996	2000 (estimativa)
Florianópolis	68436	99432	128743	165892
São José	49379	77255	92345	117988
Palhoça	5866	30352	38264	50973
Biguaçu	5868	11133	15188	20607
Total	129549	218172	274540	355460

Fonte: Rogério Miranda apud PMF, 2002.

No entanto, essas pessoas que chegam são somadas aquela população já moradora do local que também estão ociosas em busca de emprego, como os antigos trabalhadores do porto e construtores da ponte Hercílio Luz. A cidade não consegue absorver essa mão-de-obra cumulativa.

SEGREGAÇÃO URBANA

A partir da década de 70 o Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF) apresenta um acelerado crescimento urbano. É nesse mesmo período que ocorre um significativo fluxo migratório em direção à região de pessoas que procuram melhores condições de vida, através de emprego e moradia seguros. Grande parte dos migrantes pertence às classes de renda mais baixa, fixando-se geralmente nos Municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis, e são oriundos do interior do estado catarinense.

Esse processo desigual da reprodução da força de trabalho é impresso na desterritorialização (mobilidade social), na crescente segregação urbana e na crescente migração intra e extra-urbana. A migração da população de baixa renda (maioria da força de trabalho dos empregos de baixa qualificação) ocorreu: do campo para a cidade; da área litoral e pesqueira para a periferia urbana (com a inversão do setor imobiliário que começa a visar os balneários como área turística); interno (endógeno) causado pela valorização imobiliária e especulativa; e finalmente, por despejo (PERES, 1994).

No entanto, com o "inchamento" da cidade, os locais de alto valor imobiliário providos por infra-estrutura são ocupados pelos setores sociais de alta renda. E a população mais pobre, que não pode pagar a especulação do solo, em situação de miséria e expolição ocupa as periferias e loteamentos clandestinos e irregulares públicos e privados. Estes que são as sobras desse quadro capitalista sentem-se oprimidos e sem escolha diante dos altos valores do solo urbano, sendo assim expulsos para áreas distantes da cidade ou para áreas ilegais e impróprias: áreas protegidas, encostas, manguezais, dunas, restingas. Florianópolis apresenta assim uma área conurbada, onde a segregação sócio-espacial é associada à atuação dos seus agentes (Estado, capital imobiliário e fundiário).

Sobre as características dos moradores das áreas de interesse social, constatou-se que 50% das famílias que moram nas favelas de Florianópolis têm **renda até 2 salários mínimos**. Em uma média de 4 pessoas por família. A procedência das famílias geralmente é o interior do estado (47%) e apenas 10% vindos de outros estados. “O perfil médio do cidadão que mora nas áreas de interesse social de Florianópolis é de um adulto jovem vindo do interior do estado, **com pouca ou nenhuma escolaridade**. Geralmente com uma companheira e de um a dois filhos. Vive como autônomo e ganha em média 2 salários mínimos por mês. Mora entre 5 e 10 anos na cidade” (SMHTDS, 2005).

Conforme o censo 1991/2000 do IBGE, Florianópolis apresenta um rendimento médio de 49,7% e média de 10,7 salários mínimos. Enquanto, São José chega a apresentar áreas com até 2 salários mínimos e 17,9% da população não possui rendimento (SUGAI, 2002). A disparidade entre ricos e pobres amplia o processo de exclusão social e segregação espacial.

O problema da falta de terra urbana está vinculado diretamente à propriedade territorial-imobiliária que marca estruturalmente a malha urbana de Florianópolis ao **se apropriar de áreas de interesse capital**, como ultimamente são percebidos nas áreas dos balneários onde as praias aumentam consideravelmente o valor do solo. E as áreas de mínimo interesse capital são marginalizadas da cidade, com baixa infraestrutura e condições habitacionais precárias. Essas áreas carentes de Florianópolis continuam crescendo de forma acentuada.

Crescimento das favelas em Florianópolis

Ano	Pop. da cidade	Nº de favelas	População área favelas	TX cresc. favela
1987	228246	29	21393	
1992	254941	42	32290	8,58%
1996	271281	46	40283	3,98%
2000	331784	55	54340	6,72%
2004	386913	58	61445	Projeção

Fonte: SMHTDS, 2005.

A **segregação residencial** reflete uma disputa desigual em torno da apropriação das melhores combinações oferecidas pelas características físicas do território e pelas infra-estruturas urbanas que condicionam os fluxos de deslocamento para o trabalho, comércio e lazer (VILLAÇA, 1998 apud FEITOSA, 2005).

POLÍTICAS E DÉFICITS HABITACIONAIS

O tratamento da questão habitacional em Florianópolis foi desempenhado inicialmente pela COHAB SC, criada em 12 de julho de 1965 com os mesmos objetivos do Banco Nacional de Habitação (BNH), como provedora da habitação na região. Especialmente através de programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou regularização fundiária em áreas de interesse social. O município teve uma participação tardia em 1978, com o projeto SAPÉ, e mesmo assim por falta de estruturas para dar continuidade com o projeto, a própria COHAB/SC assume.

Todavia, as construções da COHAB não suprimiram o déficit habitacional. Ainda alguns problemas destacavam-se na sua administração como a implantação dos conjuntos em áreas impróprias (devido o elevado custo do solo), a ausência de políticas financeiras com baixos créditos, a inexistência de suporte (serviços, equipamentos) (PERES, 1994). Por força de pressão social, mobilização popular, com o apoio de movimentos ligados à moradia e assessorados por acadêmicos da UFSC, em 1989 a Prefeitura volta a atuar.

Em 1989 até 1992 realizou-se um cadastramento das áreas consideradas de interesse social e suas caracterizações, resultando no documento “Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis”. Em paralelo foi criado o Fundo Municipal de Integração Social FMIS, com a incumbência de financiar os empreendimentos e as ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social. Foi instituído também o CONSELHO DO FMIS, uma gestão partilhada com os segmentos comunitários, interessados nas políticas municipais de habitação e desenvolvimento social (PMF, 2002). Em resposta a pressões ou pelo amadurecimento crescente da compreensão da problemática habitacional, alguns projetos foram encaminhados.

Em 1998, o município se insere no Programa Habitar Brasil/BID, parceria do Governo Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dois subprogramas fazem parte deste: *Desenvolvimento Institucional* políticas e programas; planejamento e gestão; regulação urbanística; *Urbanização de Assentamentos Subnormais* execução de unidades habitacionais, complementação e melhoria da infraestrutura, pavimentação, equipamentos comunitários, regularização fundiária.

Mas a realidade presente mostra que apesar desses esforços em suprir a demanda da população em áreas inadequadas o fator de periferização e favelização no aglomerado urbano de Florianópolis continua densificando.

ASSENTAMENTOS DE BAIXA RENDA

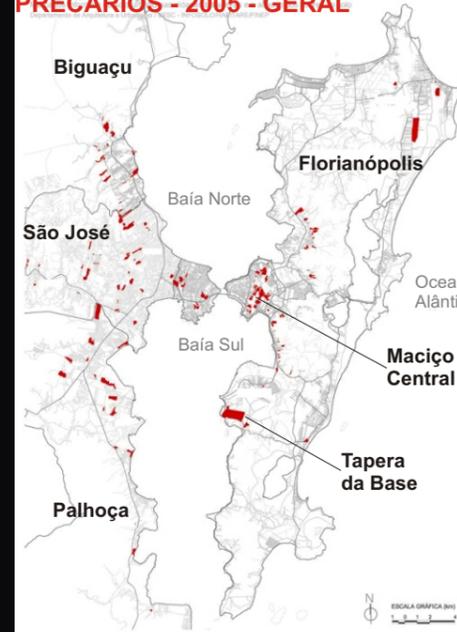
O processo histórico de urbanização da área conurbada de Florianópolis, segundo a pesquisa elaborada pelo grupo INFOSOLO - Florianópolis (2005), apresenta 3 grandes momentos da ocupação do solo urbano pela população pobre:

1º - final do séc. XIX Maciço Central do Morro da Cruz.

2º - década de 70 e especialmente 80 adensamento da ocupação do Maciço Central; ocupação de áreas na porção continental da capital; início do processo de periferização e surgimento de novas áreas de assentamentos precários nos municípios de São José e Palhoça.

3º - a partir da década de 90 até o momento adensamento das áreas antigas (Maciço e áreas continentais); aumento significativo do número de áreas de assentamentos precários especialmente no município de Biguaçu; novas áreas de ocupação irregular no norte e sul da Ilha, porém num processo menos intenso que o verificado nas áreas continentais.

LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - 2005 - GERAL



FONTE: INFOSOLO - Florianópolis, 2005

Totalizando a existência de 61 áreas de assentamento precário na capital e 108 nos outros municípios da área conurbada. Incluindo no geral 27 786 domicílios que abrigam 111 144 pessoas, sendo 65% dos domicílios na área continental e 34,2% na Ilha (INFOSOLO-Florianópolis, 2005).

INÍCIO DA OCUPAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



MERCADO DE ILUSÕES

Os promotores de vendas, visando lucro, vendem urbanismo com valor de troca. Transmitem a ocasião e o local privilegiados: lugar de felicidade com uma vida cotidiana miraculosa. O imaginário do habitat imprime um conto de fadas. E a publicidade torna-se uma ideologia - ideologia da felicidade através do consumo (LEFEBVRE, 1991).

A mídia passa a atuar como um veículo importante para banir os conflitos da cena urbana. É a mediadora entre a cidade e os cidadãos, na venda de imagens ideais, que, na realidade se mostram ilusórias e surreais. Essa venda em diversas escalas é incrementada com atrativos turísticos, comerciais e culturais. Além de moldar “signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, são criados comportamentos e estilos de vida e é promovida a valorização de lugares, bem como os usos considerados adequados” (SANCHEZ, 2003, p. 101). Sua influência na opinião pública é alienadora e oculta a imagem real do espaço urbano competitivo que mantém elos ativos entre política e produção do espaço. E a região conurbada de Florianópolis não é exceção nesse ponto.

Assim como Baudelaire descreve a visão pastoral do modernismo nos bulevares parisienses onde os atores são os habitantes de uma cidade que mostram ter uma vida universal coberta de pompa e aparições deslumbrantes. Assim também o marketing presente elabora um ícone de “Ilha da Magia” onde todos são como “parisienses” felizes, bem-vestidos, finos ao caminhar, desfilando em “carruagens” elegantes, em harmonia com a cidade moderna (BERMANN, 1986) Um progresso humano sem obstáculos desenha uma propaganda alcançável apenas por uma minoria elitizada, enquanto distancia a possibilidade da grande maioria de exercer esse seu direito à cidade e de uma moradia própria em plenas condições habitacionais. A realidade é a seguinte: o mercado de consumo é bastante restritivo e os meios de comunicação forjam um “mercado de ilusões”. E nessa ilusão tenta-se transmitir à população a não necessidade de se preocupar com o seu bem-estar físico e social numa cidade em teoria paradisíaca. Enquanto a paisagem física não nega a realidade da disparidade social bem próximos dos atores elitizados.

TAPERA DA BASE

LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÕES

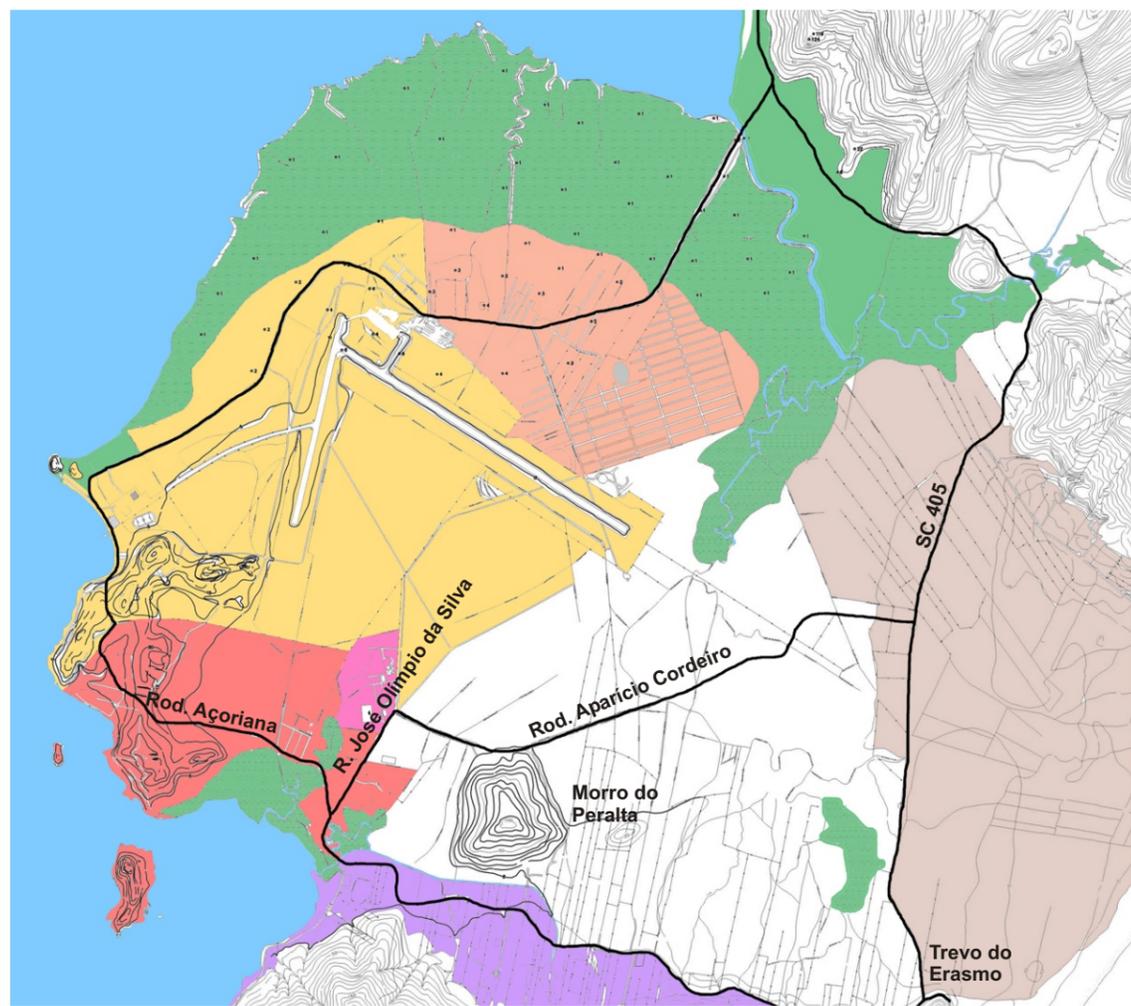
A área da Tapera da Base localiza-se na parte sudoeste da Ilha de Santa Catarina. Faz parte do Distrito do Ribeirão da Ilha, compondo a Unidade Espacial de Planejamento UEP 93 Tapera da Base. Os limites físicos ocorrem a Norte com a Base Aérea e Aeroporto; Leste com o Morro do Peralta e bairro Campeche; Sul com o bairro Ribeirão da Ilha; e finalmente Oeste pelo mar (Baía do Ribeirão).

Os acessos para a Tapera podem ser os seguintes:

 Rodovia SC 405 acessada no trecho do trevo do Erasmo seguindo pelo Bairro Ribeirão da Ilha até chegar na Rodovia Açoriana (principal da Tapera).

 Rodovia SC 405 acessada no do trevo de acesso a Rod. Aparício Cordeiro, seguindo por essa mesma rodovia até encontrar a Rua José Olímpio da Silva que chega na Rod. Açoriana.

 Interior da Base Aérea apenas para transporte coletivo urbano (ônibus linha Tapera via Saco dos Limões e Tapera via túnel) e para moradores da Tapera que comprovem a residência e a necessidade de "trânsito livre", sendo assim cadastrados e mesmo assim liberados apenas após a identificação rotineira.



Os acessos que aparentemente são vários, ainda assim são dificuldades na chegada de pessoas que não são moradores da Tapera, ou até para os moradores que não possuem o "passe livre". O mais comum utilizado é pela Rod. Aparício Cordeiro, cerca de 4 Km entre o trevo na Rod. SC-405 no Campeche até a Tapera. No entanto, este acesso também é o mais precário. Sempre foi de terra e chão batido, até que "resolveu-se" em 1995 aplicar infra-estrutura e pavimentar com asfalto esse trecho importante, no governo estadual catarinense na vigência do governador Paulo Afonso Vieira. Nesse projeto de pavimentação, denominou-se Via Parque este acesso que contornaria o Aeroporto Hercílio Luz facilitando a vida dos moradores da Tapera, e por "coincidência" era requisito obrigatório que permitia a internacionalização do aeroporto.

Estes fatos de ação momentânea do Estado comprovam a descrição da cidade, como objeto, obra de certos "agentes" históricos e sociais, distinguindo ação e resultado, grupo e "produto". Onde os processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelam o espaço urbano e a cidade, e a especificidade da cidade é fruto de relações próximas e distantes. A projeção dessas relações é a dupla morfologia da cidade: material e social.

"As obras começaram no lado da Tapera, e estão vindo em direção à rodovia já existente. Por enquanto a construtora que está fazendo a estrada Engeplan só abriu o caminho e aterrou algumas partes. Logo deve começar a pavimentação que não será asfáltica. A cobertura da estrada será o tratamento superficial duplo, o mesmo que é usado nos acostamentos de boa parte das rodovias do país. É uma pavimentação mais barata, porém de menor durabilidade, que não chega a ser problema no entender do engenheiro Galina. "O tráfego naquela área não é pesado", justifica" (DC, 1995 apud PINHO, 1999, p. 44)

Porém, a qualidade deste asfalto não foi suficiente e logo em meses estava totalmente deprecado. Até final do ano de 2005 ainda encontrava-se nessa situação: buracos intercalavam ora em chão batido, ora em pedriscos e restos do asfalto de 1995/1996. Agora no início do ano de 2006 iniciou-se mais uma vez a operação de recuperar essa rodovia, até o momento ainda está em construção.

E o acesso pela Base que é o mais estruturado e curto (reduz cerca de 10 km em relação aos outros indicados) é difícil no sentido de permeabilidade. Por motivos de controle e segurança foi decidido em 1941, com a ativação da Base Aérea, que ali circulam apenas pessoas devidamente sinalizadas e cadastradas que obtêm o "passe livre". Esse passe gerou diversos confrontos e atritos entre os moradores da Tapera e da Base.

"Num total de 14000 habitantes, aproximadamente 380 possuem passe especial de trânsito que permite a travessia da Base Aérea. Isto representa um pouco mais de 2,5%, uma cifra considerada pequena se levar-nos em conta o número de habitantes" (PINHO, 1999, p. 24). Ainda alguns desses 2,5% são proprietários das moradias de veraneio, não tendo real urgência na sua passagem assim como muitos habitantes a têm. Quem julga as solicitações de passe especial é o Comandante da Base Aérea. Este funciona entre os períodos de 6:00 à 22:00 horas. Só o passe permanente permite o trânsito 24 horas.

Assim, a Base Aérea é uma barreira existente e desintegradora entre a Tapera e a cidade. Este é um dos motivos de muitas pessoas imaginarem que o fim da Ilha nesse trecho Sul é no aeroporto e na Base, transformando a Tapera num bairro invisível. Pois, a acessibilidade e a infra-estrutura existente são fatores primordiais na escolha do cidadão no seu destino na cidade, tanto como para moradia, lazer, investimento de capital.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E AMBIENTAIS

A Tapera é na maior parte de seu território físico plana, apresentando algumas elevações que não ultrapassam 70 m que separam o “miolo” do bairro e a praia. Outros recortes de relevo existentes se devem a antigos exploradores de terra, como os vendedores de material de construção ou os donos de caminhões e de máquinas de terraplanagem, que se aproveitavam desse recurso natural para construções existentes na Ilha como os aterros das baías e para interesses locais dos moradores das áreas mais baixas e alagadiças.

A vegetação é caracterizada principalmente pelo mangue, restingas, floresta tropical litorânea e encostas. O mangue é denominado Mangue da Tapera e compõe a menor área de mangue da Ilha com total de 52,2 ha. Segundo o IPUF (1998) é ecossistema protegido pela Lei Municipal nº 2193/85 (Plano Diretor dos Balneários), Lei nº 4771/65 (Código Florestal Brasileiro) e Resolução nº 004/85, do CONAMA. O terreno do mangue é área de Preservação Permanente constituído pela legislação federal e pertence à União. Todavia, a construção de rodovias que corta o mangue e a ocupação predadora e desenfreada do homem coloca em risco essa área já ocupada por algumas edificações.



Praia da Tapera ou do Peralta

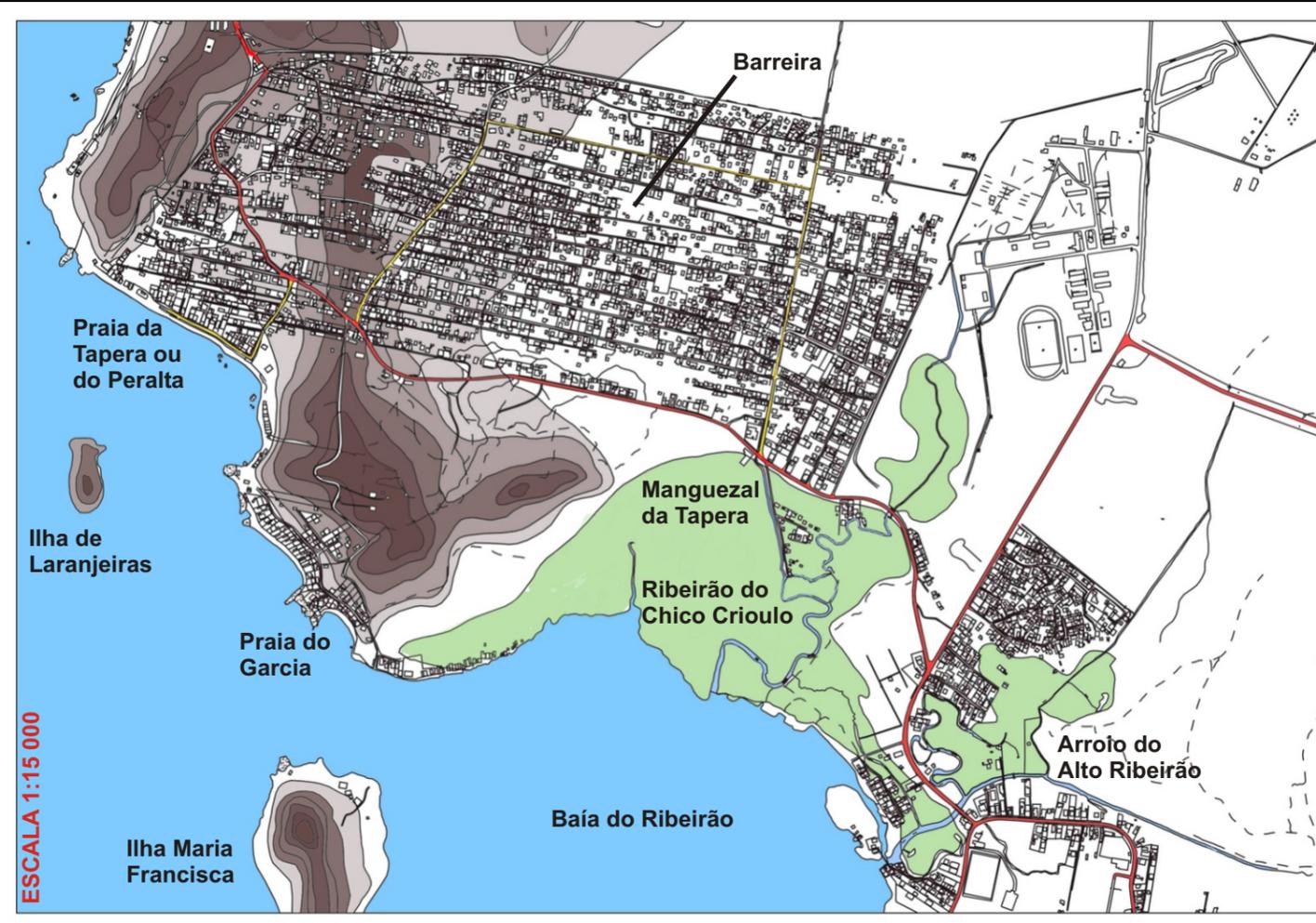
Ilha de Laranjeiras



A praia na Tapera é composta por duas faixas:
- Praia do Peralta ou Tapera - mais a Oeste, com vista para a Ilha de Laranjeiras e Morro do Cambirela (ao fundo) é acessada pela Rua da Praia;
- Praia do Garcia - mais a Leste, de frente a Ilha Maria Francisca ou Flechas, acessada pela Rua da Ilha.

A Praia da Tapera é a mais utilizada por moradores e visitantes, pois compõe uma faixa maior de areia, além de possuir alguma infra-estrutura de suporte como estacionamento, árvores, restaurante e bar. Já a Praia do Garcia é bloqueada por construções de edificações voltadas para o mar, os muros cercam a faixa de areia transformando-na em uma praia particular que dificulta o acesso. A Ilha Maria Francisca também é propriedade particular privada. As águas calmas além de atrair banhistas, com a profundidade que logo atinge também é muito propícia para atracações de barcos e para a pesca e cultivo de marisco, ostra e berbigão.

Também se encontra na Tapera vestígios do homem primitivo em diversos sambaquis que datam cerca de 1500 anos. “Este achado histórico foi do Padre, pesquisador e arqueólogo João Alfredo Rohr, entre os anos de 1962 e 1968. Nas faixas de praia da Tapera numa área de 600 m², ele escavou 172 sepulturas” (SILVA, 1991, p. 15).



Barreira: nome que identifica a região central do bairro, abaixo do nível do mar. Atribuído devido ao estado dos sapatos dos moradores da Tapera com barro quando chegavam no terminal urbano da cidade.



Já com respeito à hidrografia local, pertencente à bacia do Ribeirão da Ilha, apresenta dois principais ribeirões. “O Arroio do Alto Ribeirão tem suas nascentes no Morro do Ribeirão, à Sudoeste. O Ribeirão do Chico Crioulo, também chamado Ribeirão do Porto, tem suas nascentes nas imediações do Aeroporto Hercílio Luz (ao Norte), ajustado hoje por canais de drenagem. Ambos desembocam na Baía do Ribeirão” (SILVA, 1991, p. 05).



Ilha Maria Francisca - propriedade privada



Casa de pescadores



Ribeirão do Chico Crioulo: canalizado na rua do Juca



Obstrução do acesso à Praia do Garcia



Cultivo de berbigão



EVOLUÇÃO URBANA

PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

A ocupação histórica da Tapera é apresentada inserida nos relatos do Ribeirão da Ilha. Pouca publicação se encontra especificamente sobre a Tapera. “O Ribeirão da Ilha [distrito ao qual pertence a área em estudo] foi um dos primeiros núcleos de povoamento açoriano e foi elevado à categoria de Vila em 1839” (VARZEA, 1984 apud SILVA, 1991, p. 17). “A expansão deste núcleo ocorreu obedecendo ao alinhamento de uma rua principal. Nas encostas eram cultivados a mandioca, a cana, o milho, o feijão, a melancia. As povoações eram muito ligadas ao mar, pois este, além de servir como sustento, era utilizado como via de comunicação, já que o acesso por terra era difícil devido a topografia da área” (IPUF, 1984 apud SILVA, 1991, p. 17).

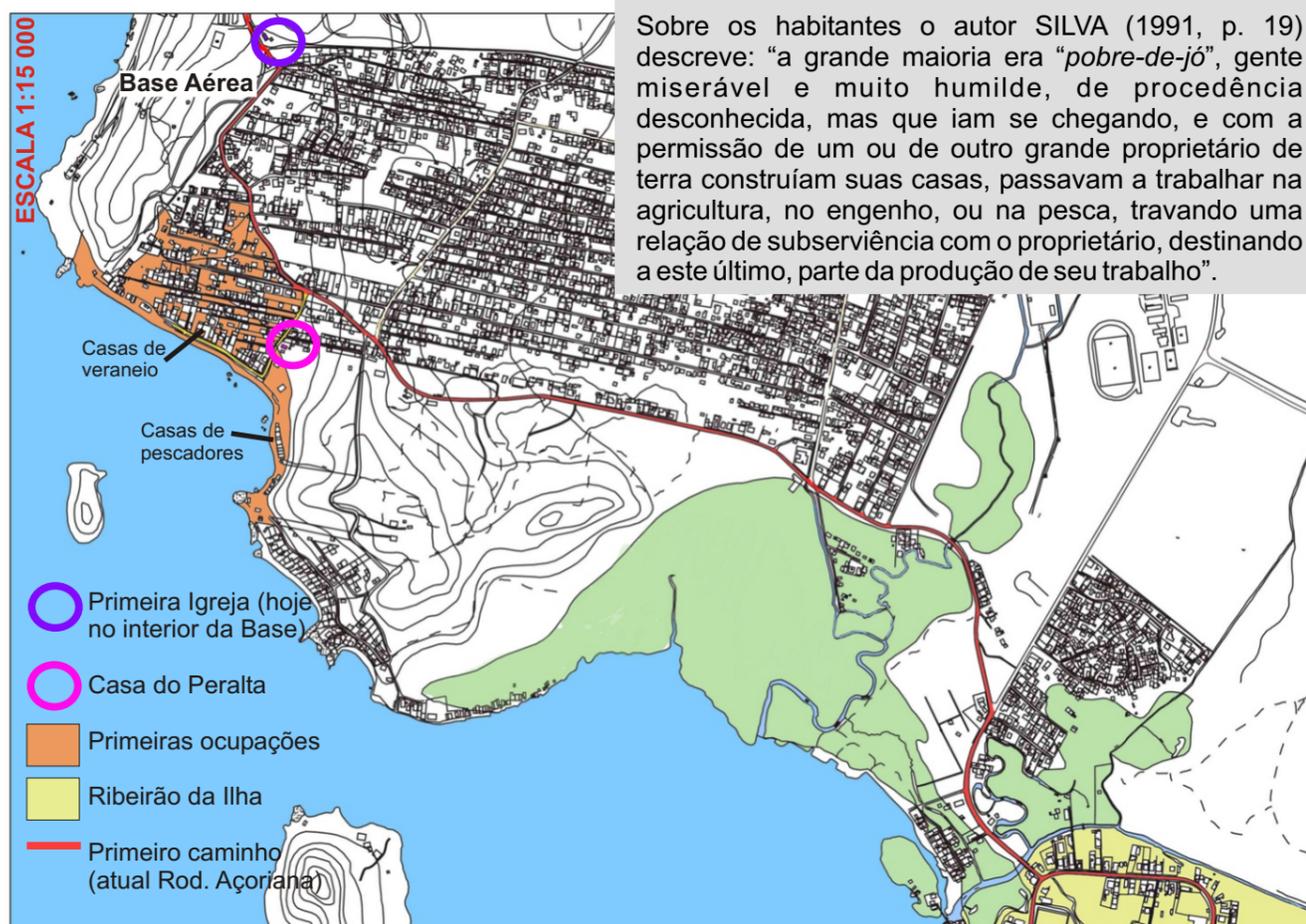
Os primeiros registros históricos apresentados são dados pesquisados pelo Padre arqueólogo João Alfredo Rohr sobre o “homem primitivo da Tapera” um dos primeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina, cujos fósseis datam cerca de 1500 anos atrás.

Também relatos de moradores antigos da região afirmam a história do primeiro habitante local o Peralta, chamado José Rodrigues Vilamil, que chegou numa embarcação espanhola por volta de 1880 que ficou atracada cerca de 15 dias na Baía Sul. O rapaz apaixonou-se por Silvina, grande herdeira de terras na região. A casa do Peralta, primeiro morador da Tapera, encontra-se até hoje na rua da Praia.

A evolução urbana do local intercala entre declínios e ascensões da ocupação urbana de Florianópolis. Iniciando na segunda metade do século XVII, por iniciativa de Francisco Dias Velho, com a chegada dos europeus. Em continuidade no século seguinte com o interesse da monarquia portuguesa de conquista do território brasileiro, incluindo o sul, proporcionando a vinda de diversas pessoas à Ilha. Nesse mesmo século chegam cerca de 6000 colonos açorianos para consolidar o desejo de conquista de território, surgindo as freguesias, incluindo a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, hoje Ribeirão da Ilha.

Similarmente ao restante do distrito do Ribeirão da Ilha, Tapera da Base (também chamada de Fazenda do Caiacanga, Campo do Caiacanga, Praia do Caiacanga, Taperinha) como uma extensão do Ribeirão da Ilha teve suas primeiras famílias ocupando a área entre as faixas de praia e a atual estrada geral (Rod. Açoriana), caminho o qual ligava-se a rua geral da Vila do Ribeirão e passavam os carros-de-boi. Seus habitantes pequenos agricultores que produziam a policultura (principalmente engenhos de mandioca e cana de açúcar) e grandes canoeiros e pescadores.

Sobre os habitantes o autor SILVA (1991, p. 19) descreve: “a grande maioria era “pobre-de-jó”, gente miserável e muito humilde, de procedência desconhecida, mas que iam se chegando, e com a permissão de um ou de outro grande proprietário de terra construíam suas casas, passavam a trabalhar na agricultura, no engenho, ou na pesca, travando uma relação de subserviência com o proprietário, destinando a este último, parte da produção de seu trabalho”.



INFLUÊNCIA DA BASE AÉREA

Importante registrar a influência que a construção da atual Base Aérea de Florianópolis gerou na comunidade em estudo. Pois até a instalação desse núcleo de aviação, a Tapera era uma região pouco desenvolvida, com poucas casas dispersas espacialmente no território da comunidade. Inclusive o acesso dessa região para as regiões centrais realizava-se por longos caminhos a pé até a Costeira do Pirajubaé (bairro anterior ao bairro do aeroporto) onde se conseguia uma condução.

A Base Aérea de Florianópolis originou-se do antigo Centro de Aviação Naval de Santa Catarina CAN-SC. Com a criação da força Aérea Brasileira (FAB) cresceram os empreendimentos relacionados à conquista do território nacional aeronáutico. “Nesse contexto, surgiu, entre outras unidades ao longo do território nacional, a Base Aérea de Florianópolis, criado pelo Decreto Lei nº 4915 de 22 de março de 1941, originária da extinta Base de Aviação Naval de Santa Catarina (ato de criação nº 2187 de 15 de maio de 1923)” (PINHO, 1999, p. 14).

“A unidade foi construída através de um acordo firmado em 17 de março de 1924 entre o ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar e a companhia de Santos para construção de uma base de aviação. Após terem sido concluídas todas as obras o núcleo passa a se chamar Centro de aviação naval de Santa Catarina, permanecendo com esse nome até 1935, quando passa a denominar-se Base de Aviação Naval até 1941. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, passou a chamar-se, como já foi mencionado, Base Aérea de Florianópolis” (PINHO, 1999, p. 14).

Alterou apenas a denominação, sendo que a localização permaneceu a mesma: distante do Centro da cidade em cerca de 12 km. Sendo incrementada com novos equipamentos e infra-estrutura.

Depoimentos de antigos moradores da Tapera relatam que em meados de 1920 as habitações compreendiam a extensão de terra desde os limites da Base Aérea atual (próximo a Ponta do Caiacanga-Mirim, segundos relatos locais onde se situava os cemitério dos piratas) até o mangue, junto ao Alto do Ribeirão. Até a construção da Base, na década de 20, homens ocupavam-se no engenho, no cultivo e na pesca, enquanto as mulheres (mães em média de 10 filhos) davam assistência nos trabalhos domésticos. Mas a Base trouxe mudanças nas atividades tradicionais dos habitantes e principalmente para a base econômica do local. As mulheres transformaram-se em lavadeiras dos uniformes dos marinheiros, e os homens trabalhavam nos serviços gerais da Base. Aí a pesca começa a perder força local e a se desfazer como parte da tradição.

Com esse incremento das atividades econômicas que antes se concentravam nas atividades caseiras e pesqueiras, a oferta de trabalho na região promovida pela Base como serviços braçais, gerais, de construção (pedreiro e ajudantes em geral) atrai grande mão-de-obra para a região. No entanto, esses empregos eram temporários. “A força de trabalho que esta comunidade ofereceu à Base Aérea estabeleceu uma relação de dependência, onde a relação capital trabalho ocorria dentro de um quadro proporcional à ambas” (PINHO, 1999, p. 21).

Sob a liderança do Comandante Epaminondas o limite geográfico da CAN-SC foi estabelecido oficialmente no período em que Getúlio Vargas governou o país. As pessoas que moravam nesse território foram indenizadas e transferidas para outros locais. A igreja construída pelos moradores da Tapera ficou dentro dos limites da Base e é coordenada agora por um Capelão da Força Aérea. Ainda com a extinção do CAN-SC e sua transformação em Base Aérea em 1941, iniciou um novo conflito entre a comunidade local e a Base, com a proibição de transitar no interior da Base sem ter um passe de permissão. Diz-se que a ativação da Base gera um entrave ao crescimento sócio-econômico da Tapera.

“Face às inovações introduzidas no contexto maior, aos poucos a Tapera da Base deixa de ser aquele lugar calmo, de vida simples, com população predominante de origem açoriana. Com sua beleza natural vai cativando os turistas que até ela chegam. Os proprietários de terra da área de estudo vão desmembrando suas propriedades a medida que os filhos se casam, através das declarações de heranças. Estes, por sua vez, vendem-nas para quem lhes oferece melhor oferta. E desta maneira a comunidade vai perdendo sua feições primitivas” (SILVA, 1991, p. 23).

A perda da identidade local é acrescida com a implantação da Base e com chegada dos veranistas, que segundo o IPUF (1984 apud SILVA, 1991) totalizam aproximadamente 50% da população da Tapera em 1956.

A alteração nos usos do solo diversifica também as mãos-de-obra atraídas para o local. Chegam-se caseiros, domésticas, vigias, construtores civis, jardineiros para sustentar essa nova classe e a Base como novo “empreendimento”. Não suprindo mais a mão-de-obra existente na Tapera, os moradores voltam-se aos bairros centrais na procura por empregos, transformando suas residências em “dormitórios”. Para essa locomoção das viagens diárias, o transporte público coletivo era realizado pela empresa Limoense.

INTERESSE DE CAPITAL

ANÁLISE SEGUNDO REGISTROS DA CELESC

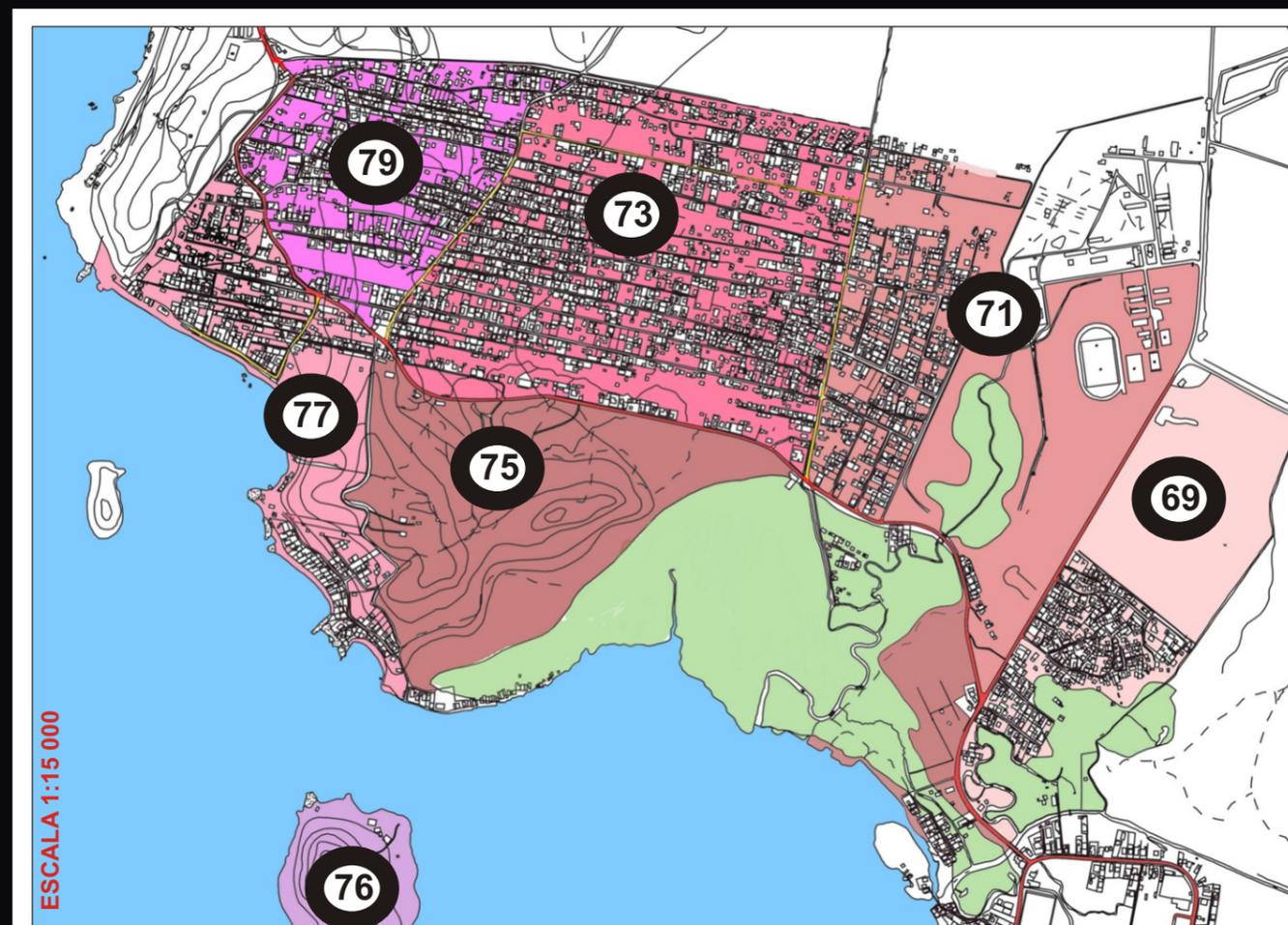
Já em meados da década de 1970, foi estabelecida a eletricidade pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. E só na outra década é construída a rodovia (Rod. Açoriana) que corta a Tapera ligando a Base ao Ribeirão da Ilha. Estes dois fatores são preponderantes no processo de urbanização da área. A pavimentação da Rod. Açoriana e a energia elétrica somados ao baixo preço dos lotes devido a falta de infra-estrutura local são fatores atrativos para ocupação daquela população que não tem condições de pagar a terra nas áreas mais centrais da cidade.

Para analisar o crescimento urbano na Tapera motivado por esse interesse de capital, o autor SILVA (1991) seguiu a interessante metodologia ao comparar os registros de consumo de energia elétrica da CELESC no período entre 1986 e 1990 (período selecionado devido à destruição dos dados anteriores a esta data). "A CELESC, denomina a Tapera da Base de "Razão 8" e a subdivide em "7 livros" (sub-regiões). Cada "livro" apresenta o total de consumidores de energia elétrica, acumulados, em cada mês do ano" (SILVA, 1991, p. 11). O número de consumidores presume-se ser aqueles ligados à energia, totalizando o número de consumidores igual ao número de residências em cada região.

As regiões da Tapera da Base segundo a CELESC são:

Sub-região ou Livro	Limites Geográficos
69	Dos limites do bairro com o Morro do Peralta até a rua do CEFA
71	Entre a rua do CEFA e a Rua do Juca. Cercada ao Norte pela Base Aérea e ao Sul pela Rod. Açoriana
73	Da rua do Juca até a rua da Barreira. Ao Norte a Base Aérea, ao Sul pela Rod. Açoriana
75	Entre a Rod. Açoriana e a Baía do Ribeirão, inclusive a área do mangue
76	Ilha Maria Francisca na Baía do Ribeirão
77	Área entre a Rod. Açoriana e as praias da Tapera e do Garcia
79	Da rua da Barreira até os limites da Base Aérea. Ao Sul pela rod. Açoriana

Fonte: CELESC, 1991 apud SILVA, 1991.



A seguinte tabela apresenta leituras em três períodos distintos em cada ano (1986, 1987, 1988, 1989 e 1990). O motivo dessas diferentes leituras é diferenciar a época em que o crescimento populacional das regiões é influenciado pelos turistas nas casas de veraneio.

Leituras por livros

Livros	Anos	Leitura em 13 de Janeiro					Leitura em 10 de Julho					Leitura em 12 de Dezembro				
		1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990
69		118	128	140	142	153	123	131	140	148	161	129	137	142	150	165
71		044	062	074	095	135	053	069	081	118	147	061	074	095	133	160
73		064	081	105	127	171	072	085	111	159	191	080	105	121	172	206
75		056	059	059	061	064	058	058	059	064	065	058	058	061	064	065
76		005	005	005	005	005	005	005	005	005	005	005	005	005	005	005
77		109	119	123	128	134	112	120	126	130	135	118	122	128	134	136
79		089	101	108	116	128	096	105	113	123	136	099	108	115	127	145
TOTAL		485	555	614	674	790	519	573	635	747	840	550	609	667	785	882

Fonte: CELESC, 1991 apud SILVA, 1991.

Para melhor visualização dos números desse acréscimo populacional espacializou-se um gráfico de cada região (exceto as de número 75 e 76 que apresentam um crescimento menor e estagnado em comparação as demais), com a linha de crescimento pontuando cada mês e ano específico desde 1986 até 1990.

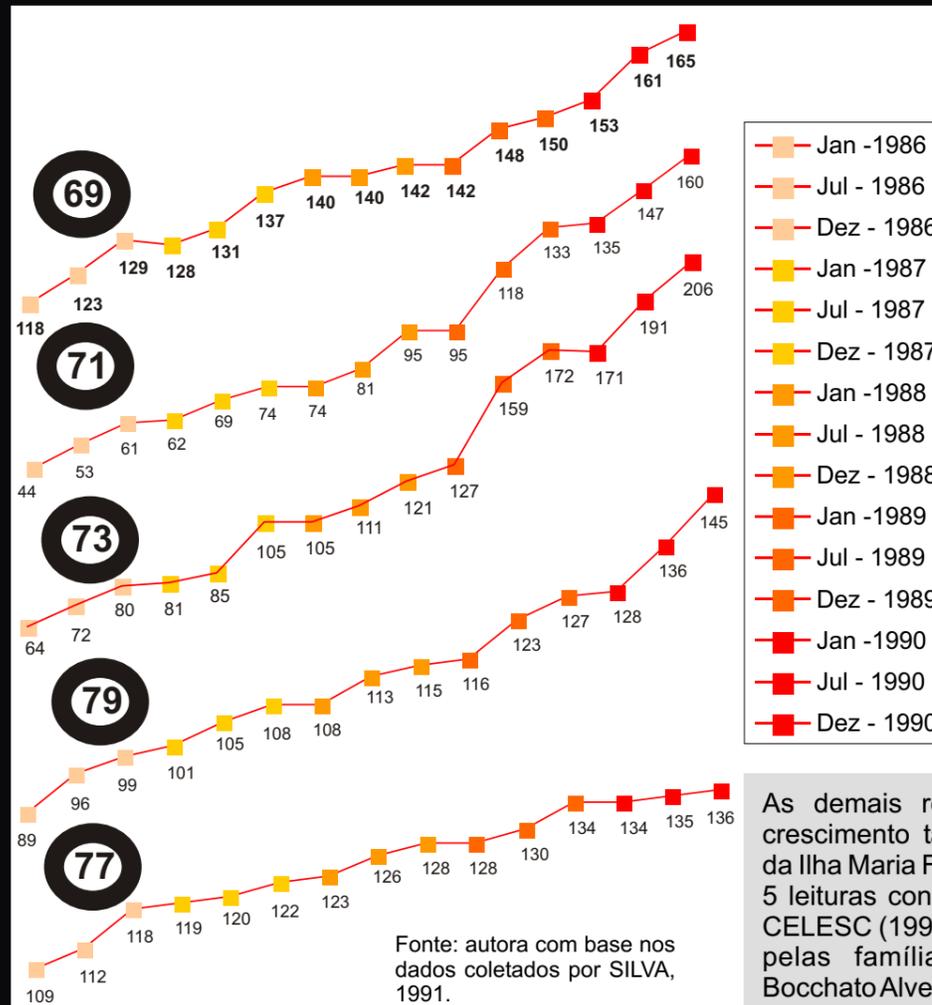
Leituras totais por ano e taxa de crescimento

Anos	Dias / mês das leituras			Crescimento (%)	
	13/jan	10/jul	12/dez	jan/jul	jan/dez
1986	485	519	550	7,00	13,42
1987	555	573	609	3,30	9,80
1988	616	635	667	3,10	8,30
1989	674	746	785	10,70	16,50
1990	790	840	882	6,33	11,65

Fonte: SILVA, 1991, p. 25.

Taxa de crescimento da Tapera por ano de Dezembro à Dezembro

Fonte: autora com base nos dados coletados por SILVA, 1991.



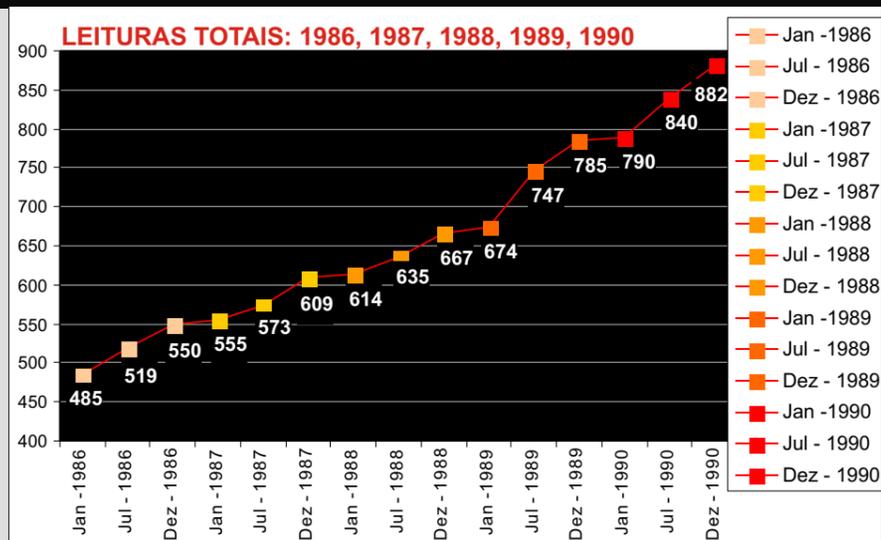
Taxa de crescimento anual por Livro

Fonte: autora com base nos dados coletados por SILVA, 1991.

Os dados apresentados mostram que o crescimento populacional da Tapera ora foi mais acentuado em umas regiões do que em outras. Com destaque para os Livros 71 e 73 que abrangem a parte da "Barreira", com crescimentos que ultrapassam 200% cada um.

As demais regiões mostram uma linha de crescimento também íngreme, com exceção da Ilha Maria Francisca (Livro 76) que apresenta 5 leituras constantes, e segundo os dados da CELESC (1991 apud SILVA, 1991) era habitada pelas famílias: Stemmer, Bechchauser e Bocchato Alves.

De forma mais geral o crescimento totalizando cerca de 80 % em apenas 4 anos, praticamente dobrando o número de “residências”, fato assustador em uma área que possuía o mínimo de infra-estruturas urbanas (contando com apenas a Rod. Açoriana pavimentada e energia elétrica). O crescimento anual apresenta uma média de crescimento 10%. Sendo que apresenta uma pequena queda em 1988, mas logo recupera esta estatística nos anos seguintes, com maior taxa em 1989.



Nas taxas entre os meses de Janeiro e Julho, para diferenciar as temporadas de veraneio, nota-se o contínuo crescimento no número de instalações de energia elétrica, o que significam o aumento da ocupação humana além do período de verão, provando o interesse da população que se chega pelo capital oferecido na região.

COMPARAÇÃO COM AEROFOTOS

Para comprovar esses dados apresentados até o momento (tanto dados descritivos históricos como estatísticos da CELESC) e acrescentar informações até um momento mais próximo da atualidade pode-se somar a análise de fotografias aéreas de 1957, 1976, 1994 e 2002 mostra de forma geral como a ocupação humana foi lenta até a década de 80, preservando-se as características rurais.

As manchas de ocupação em 1957 são mais dispersas concentrando-se em dois pólos menores: um próximo ao atual controle de entrada e saída da Base até a praia da Tapera e outro próximo ao trevo do Ribeirão da Ilha. Já na aerofoto de 1976 a Rod. Açoriana aparece com mais clareza e as manchas de ocupações consolidam-se ainda nos mesmos locais de antes, porém percebe-se um novo “caminho” que futuramente será a Rua do Juca. Na transição das décadas de 1980 e 1990 este processo acelerado pode ser comprovado pelos dados coletados de consumo de energia elétrica. Pois, contar apenas com o olhar sobre as imagens para comparar o resultado final em 1994 e finalmente em 2002, duvida-se de uma expansão que parece “fantasma”, sem muitas explicações de onde e quando aconteceu.

“Segundo dados do IBGE, entre 1990 e 2000 registrou-se um crescimento populacional aproximado de 130% no Alto Ribeirão e cerca de 250% na Tapera da Base. Os loteamentos são constituídos por ruas estreitas e não pavimentadas, as residências não dispõem de sistema de coleta e tratamento de esgoto, sendo depositado nos cursos d'água grande quantidade de lixo e parte dos efluentes de banheiro e cozinha. O manguezal também é muito prejudicado, pois é submetido aos aterros para construção das casas e estradas, além de receber lixo e esgoto doméstico. Cabe lembrar que estes cursos d'água deságuam na Baía do Ribeirão, reentrância da Baía Sul, onde se pratica a coleta do berbigão e a maricultura. Conforme a EPAGRI, entre 2000 e 2001, a Associação dos Maricultores do Sul da Ilha foi responsável por 78% da produção de ostras e 94% de mexilhões do município. A falta de saneamento básico pode prejudicar esta atividade, pois por serem filtradores, os moluscos quando contaminados poderão causar prejuízos aos produtores e a saúde dos consumidores. Políticas públicas mais coerentes evitariam futuros prejuízos” (CESA, 2003).

“O diagnóstico sócio-econômico do bairro Tapera realizado em 2002 pela ITIS Informática LTDA e COP Engenharia LTDA (encomendado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis), mostrou que a comunidade continha **8 298 habitantes**, apresentando um crescimento de quase 100 habitantes novos por ano. Do total, cerca de 3.836 habitantes encontravam-se na faixa etária entre 15 e 40 anos” (Centro Comunitário, 2005, p. 01).



1957



1976

PROPRIEDADE DO DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE NAS FAVELAS E ASSENTAMENTOS CONSOLIDADOS DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS - 2000

Dados referentes aos setores censitários

Municípios , Bairros e Favelas	Nº do setor censitário	Domicílio Particular Permanente	Próprio Quitado	%	Em aquisição	%	Alugado	%	Outra Condição	%
Tapera da Base										
Tapera	6	405	365	90,12%		0,00%	33	8,15%	7	1,73%
Tapera	7	190	164	86,32%	2	1,05%	16	8,42%	8	4,21%
Tapera	8	514	404	78,60%	28	5,45%	43	8,37%	39	7,59%
Tapera	9	505	451	89,31%	6	1,19%	43	8,51%	5	0,99%
Tapera	10	293	240	81,91%	20	6,83%	19	6,48%	14	4,78%
Pedregal										
Tapera	13	276	257	93,12%	1	0,36%	16	5,80%	2	0,72%

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

Elaboração: grupo INFOSOLO - ARQ/UFSC

FONTE: INFOSOLO - Florianópolis, 2005

O total de residências da Tapera, conforme o censo do IBGE 2000, somava 2183 domicílios. Estimando cerca de 04 moradores por domicílio, chega-se a um total de 8732 habitantes na Tapera.

PREÇO DO SOLO DA TAPERA

A construção da Base altera a economia local de subsistência e atrai moradores à procura de emprego. Nota-se a alteração no traçado urbano do bairro com essa migração. No entanto, não se consegue suprir toda mão-de-obra que vai chegando. E essa escassez alimenta o capitalismo, que faz da mão-de-obra uma mercadoria controlada pelo capitalista (empregador). O desemprego aumenta a concorrência por salário e estabilidade. Trabalhadores sobrando propiciam a possibilidade da burguesia explorar a força de trabalho, com a redução de salário. Resta ao trabalhador apenas vender sua força de trabalho, ao passo que a pobreza se alastra. A população empobrecida tem mínimas chances de gerar grande acumulação refletindo nas condições atuais da comunidade da Tapera.

No entanto, o baixo preço do solo na Tapera favorecia a decisão da população pobre ao escolher esse espaço como moradia, mesmo tendo que procurar empregos em outras regiões da cidade para sua sobrevivência.

O preço da Tapera é explicado conforme sua localização, acessibilidade e condições de infra-estrutura presentes. Pois, segundo Maricato (1982), o preço da localização envolve a acessibilidade e serviços que esta dispõe (infra-estrutura de água, esgoto, pavimentação, eletricidade). Quando alguém compra uma casa compra também as oportunidades de acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infra-estrutura. Está comprando a localização da moradia, além da moradia propriamente dita.

Também Ribeiro (1997) ao mencionar as conseqüências na formação do preço da mercadoria moradia, complementa que a expansão da divisão econômica e social do espaço é influenciada por: divisão do trabalho; fatores naturais de sítio; existência ou não de equipamentos coletivos em quantidade e qualidade necessárias ao consumo; distância aos centros de emprego.

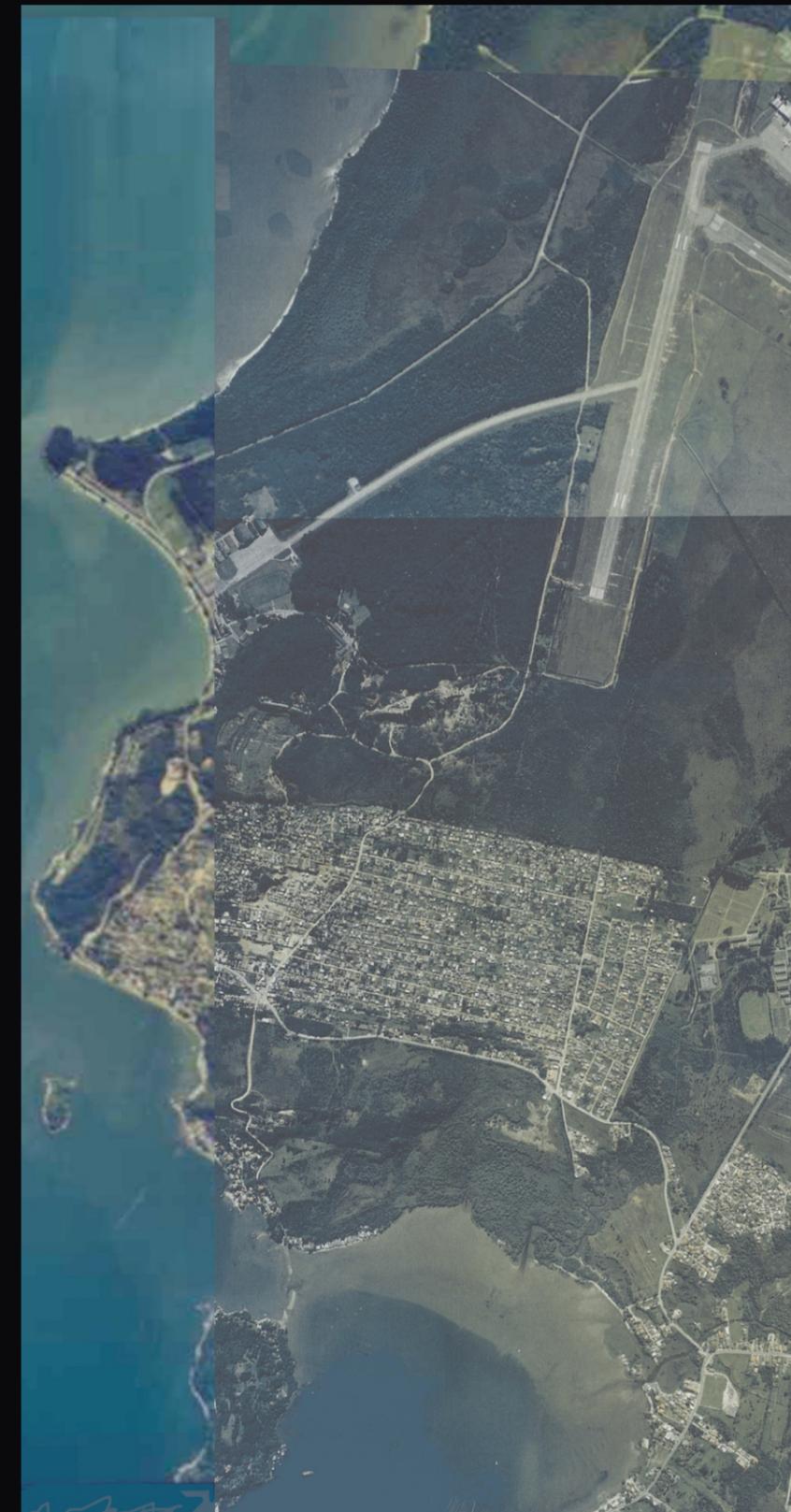
E a Tapera localiza-se perifericamente em Florianópolis, fato agravado pelas dificuldades de acessar o bairro, principalmente pela Base Aérea e pelas condições das vias de acesso local. Ainda que é um bairro praticamente residencial, então seus moradores sofrem com a desvantagem de deslocamento diário aos centros de emprego. A ausência de certos equipamentos de serviço e de lazer também contribui na segregação da Tapera, sem uma integração do bairro com a cidade (ou mesmo com as regiões vizinhas).

“A importância da segregação espacial não se restringe exclusivamente à questão do uso e de posse da terra, embora essa última seja uma determinante fundamental. A segregação como um fator subjacente aos movimentos tem a ver também, e sobretudo, com diferentes critérios de alocação de recursos de infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, sistema viário) e outros meios de consumo coletivo na área social (como escolas, hospitais, transportes etc). Em outras palavras, a segregação espacial é, a um tempo, determinada e reforçada pela distribuição altamente desigual dos recursos pelas diferentes áreas da cidade” (BOSCHI, 1983, p. 129).

Todavia essa distinção social presente na cidade é espelhada para a comunidade da Tapera quando o interesse turístico leva os interessados aos balneários da Ilha.

1994

2002



SEGREGAÇÃO INTRA-BAIRRO

As aquisições das moradias no limite do mar com função de casas de veraneio são exemplo claro da segregação existente dentro da própria comunidade. Ainda com um limite geográfico (o relevo) favorecendo o isolamento desses casarios de alta renda para sua “segurança”. Ainda fecham o acesso da praia do Garcia transformando-na numa propriedade particular, assim como os proprietários da Ilha Maria Francisca mesmo sem esse direito legal fecham os limites proibindo a entrada de “estranhos”. A ilegalidade do solo é a mesma para ambas classes sociais, deveras é “despercebida” no caso desses privilegiados e preocupante no caso dos mais pobres.

O mercado combina modernização com exclusão, e a cidade apresenta a dualidade: residências maiores e distintivas em condomínios fechados versus a produção ilegal nas favelas (loteamentos ilegais). Esses exilados nas periferias vêm resposta aos seus problemas quando encontram terrenos vazios sem uso que os “convidam” à ocupação ilegal. Esses aglomerados urbanos geralmente de aparência desordenada com traçados irregulares desenhados por caminhos e vielas apertadas de chão batido preenchem de forma acelerada os vazios com suas habitações condizentes aos seus salários. Essa é a fórmula da sobrevivência para as camadas populares extorquidas como mão-de-obra barata em uma cidade moderna capitalista e individualista.

Além da segregação espacial, o isolamento entre o espaço “formal” e informal traz barreiras invisíveis de outra segregação social. Não há uma miscelânea das diferentes massas sociais. Uma vez que toda a sociedade faz descaso dessa situação, pouco aceitando as ocupações informais, pois significam para si sinônimos de insalubridade, perigo, violência e marginalidade. E por outro lado existe a auto-segregação, quando os menos favorecidos socialmente se isolam nos seus assentamentos também não se misturando. Isso é notório nas duas faixas de praia, enquanto o povo fica na praia da Tapera e os privilegiados ficam na praia do Garcia.

É raro existir uma permutação entre esses habitantes que quase não freqüentam mesmos lugares ao mesmo tempo, tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O medo contaminou a relação entre as pessoas, originando “guetos”. Assim, pode-se dizer que existe uma certa discriminação de ambas partes. Mesmo existindo uma proximidade físico-espacial entre esse contraste social, o que é cada vez mais comum (ambas classes no mesmo bairro ou espaço urbano), a classe média alta fecha-se entre muros e grades, tecnologias de segurança ou condomínios fechados, pois dizem dessa forma zelar por sua segurança.

A região da Barreira em certas áreas é mais pobre em relação às demais regiões da comunidade. Por isso sofre com certa discriminação, mesmo da população que reside logo na entrada perto do acesso à Base, onde a renda média é praticamente a mesma. Essa discriminação vem de ondas de insegurança constatadas há poucos anos com o número elevado de assaltos e tráfico de drogas, que fizeram os moradores se subordinar a toques de recolher. Porém, de acordo com os próprios moradores essa situação é passada e hoje de forma geral conta-se com uma maior segurança.

A visão que as classes tecem sobre a população marginalizada gera uma segregação social e urbana desta mesma população. Dificulta as análises da pobreza como integrante do conjunto da sociedade e a compreensão da dinâmica de funcionamento da realidade e as contradições da aproximação com espaço da pobreza.

MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL

Interessante comentar o fato da existência de um mercado imobiliário informal existente na comunidade da Tapera. Ao circular pelas ruas, ruelas, caminhos, passagens percebe-se diversas placas com desejo de alugar ou vender casas ou lotes. A Tapera não é exclusiva nesse fator, já que é constatada por diversos autores a presença dessa informalidade nos assentamentos de baixa renda de forma geral.

Recorda-se dos comentários elaborados pelo autor Pedro Abramo (2003) ao citar o mercado de trabalho e mercado imobiliário (ambos informais) na transformação da trajetória e estratégias residenciais. A existência de uma diversidade interna nas favelas com mercados imobiliários intrafavelas. E os motivos de escolha de onde morar, o que leva as pessoas a se mudarem dentro de uma mesma comunidade ou entre comunidades diversas vezes em um período de tempo tão curto. Entre esses motivos cita-se os fatores de vizinhança, acessibilidade, proximidade da fonte de rendimento, proximidade físico-territorial como redutora de custo-deslocamento. Todavia, um dos mais arraigados nesse intercâmbio é a rede de relações sociais (entre parentes, famílias, amigos, indivíduos) como um novo componente indutor. Também o sentimento identitário de pertencer a uma “comunidade” é um dos principais motivos de permanecer nos seus locais de moradia, que segue anexo ao sentimento de confiança e reciprocidade local.

O “estilo de vida” dos moradores revive algumas das suas lembranças do cotidiano rural. São comuns as mulheres serem vistas sentadas nas portas das casas ou no quintal tomando chimarrão e “jogando conversa fora” com suas comadres. Os animais (cachorros, gatos, galinhas, bodes, patos, boi, vaca) soltos pelo quintal que se confunde com umas plantações um pouco “tímidas”. As crianças descalças inventando brincadeiras no meio das ruas. Os homens se juntam mais a tardinha ao voltarem do trabalho nas lajes ou nos bares de esquinas para um longo processo rotineiro de preparação de churrascos e cervejas entre amigos. No entanto, comum também está se tornando as atividades relacionadas ao narcotráfico como ameaça e desvalorização desse “estilo de vida”.

As pessoas chegam a morar cerca de 15 dias em uma residência e logo se mudam para outra no mesmo bairro, às vezes até na mesma rua. A mobilidade intra-favelas trouxe muitos moradores dos morros de Florianópolis a procura de segurança na Tapera, pois por ser um local plano sentem-se mais à vontade e com liberdade em relação ao medo da opressão que sentiam nesses outros assentamentos.

INVISIBILIDADE DA TAPERA NA CIDADE

A invisibilidade da Tapera na cidade faz com que seus próprios moradores aceitem essa desintegração existente. Aceitam também a visão que a sociedade transmite sobre sua situação de pobreza, e acabam desvalorizando sua identidade própria como cidadão e como comunidade.

“Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência” (PAUGAN, 2003, p. 45 apud SANCHEZ, 2005).

A condição social da pessoa se traduz também na sua auto-imagem, como se encara na visão da sociedade. Quem vive em condições precárias geralmente sente-se marginalizado pelos próprios olhares que a sociedade dominante lança sobre eles.

A percepção do espaço deve possibilitar uma aproximação da realidade social, apesar dos limites e condicionantes da dinâmica presentes no espaço social. Assim como, pode clarear o eixo existente entre a pobreza e as classes mais privilegiadas. Como está a pobreza relacionada no espaço social em que se insere, o que ela representa para este espaço.

Os moradores da Tapera nesse sentido identitário estão um pouco divididos. Enquanto alguns defendem como “o melhor lugar para viver na Ilha”, geralmente os mais velhos e mais antigos moradores. Outros não vêm a hora de ter a oportunidade de se mudar, como dizem os mais jovens por não ter opção de entretenimento e pela distância do bairro à estes equipamentos.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os movimentos coletivos são instrumentos de vocalização das necessidades e insatisfações de um grupo populacional específico. As associações são “organizações voluntárias em torno de interesses comuns de caráter bastante específico” (BOSCHI, 1983, p. 32) e podem servir como canal de comunicação entre as comunidades e os órgãos públicos. É a medida de defesa de certos direitos da população.

Os movimentos populares colocam em discussão: a qualidade da resposta do Estado, a questão do controle popular e a autonomia dos movimentos. “O reconhecimento por parte do Estado de entidades como porta-vozes legítimos da população possibilita a abertura de um espaço de representação e a obtenção de vitórias que revertem em benefício dos moradores” (BOSCHI, 1983, p. 179).

Com a propagação das favelas também se proliferou as associações. E a Tapera também conta com associações e mais destacado agora o Conselho Comunitário, feito mobilizador em que se articulou os moradores na luta pelo direito à cidadania.

“A partir dos problemas sociais encontrados na Tapera da Base, pode-se montar um perfil de suas dificuldades, principalmente no que se refere ao problema do desenvolvimento humano no município e à falta na qualidade de serviços públicos prestados à comunidade...” (CENTRO COMUNITÁRIO, 2005). Com esse enfoque o Conselho Comunitário organiza um projeto de Centro de Oficinas Profissionalizantes com o objetivo de desenvolver, de forma comunitária participativa e articulada com diversos organismos representativos sociais, ações de Combate e Prevenção ao Desemprego como meio de controle social sobre os casos de violência e exclusão de jovens e adultos. Com objetivos específicos de implantar e implementar um Centro de Oficinas Profissionalizantes e geradoras de renda com atendimento pedagógico e buscar alternativas de inserção do pessoal atendido no mercado de trabalho; implementar atividades esportivas/culturais; incrementar parcerias com organismos ou associações públicas e/ou privadas, para capacitação de instrutores e consultoria; tornar o Centro de Oficinas Profissionalizantes local de referência e integração da comunidade da Tapera da Base. O terreno escolhido é na lateral da atual sede do Conselho de do Posto Policial.

MORFOLOGIA URBANA DA TAPERA

A área que sucede a entrada da Base Aérea tem a rodovia Açoriana como centro onde se localizam edificações de moradores mais antigos. E em ambas laterais da rodovia nesse trecho do bairro as ruas se destacam por um relevo um pouco mais acentuado que o restante. E até o momento as ruas com declividade ainda não estão pavimentadas e o solo de cascalhos dificulta o trajeto. Porém muitos não negam passar ali para cortar caminho, especialmente as crianças que saem da escola na Base e moram na Barreira caminham através de algumas trilhas em terrenos ainda vazios.



Na região da Barreira a situação das ruas é crítica já que sempre estão lameadas, mesmo em dias secos, pois esta região está abaixo do nível do mar. E isso transparece especialmente nas servidões que não são pavimentadas. Ainda piora a situação quando o nível do mar está alto e o canal na rua do Juca quase não suporta o volume do rio canalizado somado aos dejetos dos moradores. Passando dos limites quando coincide este fato com um dia chuvoso, que nem precisa ser torrencial para alagar algumas casas.

Na Barreira a estrutura das ruas estreitas destaca a linearidade em cerca de 1,5 km que traçam entre a Rua das Areias e a Rua do Juca. E o "miolo" dessa região conta com mínimos acessos entre essas ruas paralelas, forçando os moradores a contornar pelas duas ruas transversais, ou atravessar invadindo terrenos particulares.

Entre a Rua do Juca e a Rua José Olímpio da Silva (rua do CEFA) encontra-se um aglomerado com estrutura um pouco diferenciada da Barreira, com quadras menores conectadas por ruas mais largas e interligadas. E interessante lembrar que este traçado ao notar as fotos aéreas foram um dos primeiros logo após a área da praia e da base. No fundo das fotos dessa região pode-se notar o morro do Peralta.

O Pedegral que não aparece nessa foto aérea também é parte do Bairro da Tapera. Está na margem da Rua José Olímpio da Silva e faz limite com o Alto do Ribeirão. Por estar antes do início da Rod. Açoriana parece fazer parte de outro núcleo urbano

Esta área verde que se destaca na aerofoto, segundo conversas com moradores, é área particular de um único morador, que está esperando aumentar o interesse imobiliário pelo local devido às novas aplicações de infraestrutura e o interesse turístico pelo balneário da Tapera. Esse terreno em área mais elevada é o que separa as casas de renda mais alta (onde surgem alguns condomínios) das casas dos moradores de renda mais baixa da Barreira.



SITUAÇÃO ATUAL

Para checar a situação atual do bairro são comparados dados de entrevistas de duas pesquisas em épocas importantes para analisar a evolução do bairro. Primeiro, a pesquisa elaborada em 1991 (SILVA, 1991) com base nos livros da CELESC entrevistou 10% do total de residências em cada livro. E a segunda pesquisa elaborada em 2005 (INFOSOLO - Florianópolis, 2005) entrevistou cerca de 10% de moradores total do bairro segundo estimativas do IBGE e que alugaram, compraram nos últimos 06 meses de 2005 a atual residência ou todos os que estavam vendendo no momento.

PESQUISA 1991 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de SILVA, 1991

Perguntas	Sub-regiões					Total
	69	71	73	75 e 77	79	
01 - Situação da propriedade						
Herança	06	03	09	08	05	31
Compra	09	12	26	11	08	66
Troca	02	01	02	00	01	06
Aluguel	03	00	01	00	01	05
Caseiro	00	00	00	02	00	02
02 - Tempo de residência						
Menos de 1 ano	04	03	14	02	04	27
1a 2 anos	05	01	07	05	03	21
3 a 5 anos	02	04	03	01	02	12
6 a 10 anos	05	04	08	05	01	23
11 a 16 anos	00	02	03	00	01	06
17 a 20 anos	00	01	00	01	00	02
Mais de 20 anos	01	01	03	07	04	16
03 - Causas da escolha da Tapera como moradia						
Queria morar na Ilha	01	00	01	00	01	03
Nasceu na Tapera	03	01	03	05	03	15
Lugar plano	00	01	03	00	01	05
Herdou	01	01	09	02	01	14
Próximo aos familiares	05	01	02	03	02	13
Baixo preço da Terra	05	11	22	06	09	53
Baixo preço da locação	01	00	00	00	01	02
Sossego, calma	00	00	03	02	00	05
Pesca, praia, mar	01	00	04	05	00	10
Próximo do serviço	01	00	01	00	03	05
Procura serviço em Florianópolis	01	01	00	02	00	04
04 - Vantagens da atual moradia						
Não sabe	00	00	02	01	00	03
Não tem	01	01	00	01	00	03
É proprietário	02	06	02	03	00	13
Segurança	01	02	18	04	09	34
Beleza natural	00	00	01	01	00	02
Boa vizinhança	00	00	00	03	01	04
Praia, pesca, mar	07	00	20	13	10	50
Sossego, calmo	08	11	22	09	13	63
Lugar plano	00	02	01	00	03	06
Redes de água e energia elétrica	00	01	00	00	00	01
Trasporte coletivo	00	01	00	02	00	03
Boa água do poço	00	00	00	01	00	01
05 - Preferência de moradia						
Outro bairro de Florianópolis	04	07	08	01	00	20
Mais próximo ao Centro	02	05	07	03	01	18
Tapera	11	09	22	16	14	72
Palhoça	02	00	00	01	00	03
São José	00	01	01	00	00	02

A pesquisa de 1991 comprova como a Tapera é uma ocupação recente da década de 1990, quando cerca de 45% dos moradores habitavam o lugar por menos de dois anos e só 15% dos entrevistados moravam há mais de 20 anos. E a maior parte dos residentes, 60%, havia comprado a casa ou o terreno, apenas 5% na época moravam de aluguel, enquanto 28% recebeu como herança. Fato que irá mudar agora em 2005, quando a taxa de aluguel sobe consideravelmente.

Sobre a escolha de moradia na Tapera observa-se que esses primeiros moradores optaram pelo baixo preço do solo ou da locação (somam 42% das escolhas), provando o fator da segregação na Ilha quando essas pessoas sem condições de pagar a localização em áreas mais centrais são expulsas para as áreas periféricas da cidade, como a Tapera que por falta de infraestrutura possuía baixo preço da terra. Ainda em 1990 existia persistia a tradição do lugar com a cultura da pesca, tanto que 10% escolheram pelo fator pesca, praia e mar. E outros nativos 12% e 11% que nasceram na Tapera ou que herdaram, respectivamente.

Perguntas	Sub-regiões					Total
	69	71	73	75 e 77	79	
06 - Endereço anterior						
Nasceu na Tapera	03	01	04	05	03	16
Outro Bairro de Florianópolis	12	07	20	07	05	51
Outra Cidade de SC	03	06	07	06	04	26
Outro Estado	01	01	00	02	01	05
07 - Principais problemas da Tapera						
Vala perigosa	00	07	00	00	00	07
Sem pavimentação	03	09	08	01	02	23
Abandono pelos órgãos públicos	02	04	02	02	04	14
Posto de Saúde precário	00	03	04	03	03	13
Falta de Ambulância	01	01	04	01	01	08
Falta de Posto Policial	02	03	01	07	00	13
Sem rede de água	00	00	23	08	14	45
Sem rede de esgoto	01	09	25	08	12	55
Dificuldade de acesso ao Centro	06	04	14	06	07	37
Centro Comunitário distante	01	03	00	00	00	04
Falta de farmácia	01	06	16	11	08	42
Abastecimento de água precário	00	02	00	00	00	02
Proliferação de ratos e moscas	02	03	01	01	01	08
Falta de iluminação pública	00	04	00	00	00	04
O ECT não atende a área	01	01	02	00	01	05
Escola muito pequena	02	01	01	01	00	05
Alto preço nos armazéns	03	04	05	03	04	19
Arrombamento	00	01	01	01	00	03
Animais na praia	00	00	01	01	00	02
Passividade da Comunidade	00	02	02	02	00	06
Turista atrapalha a pesca	00	00	00	01	00	01
Esgoto na praia	01	00	03	00	04	08
Ruas em paralelo	01	00	01	00	00	02
Ônibus superlotados	07	02	13	06	03	31
Alagamento	00	09	03	01	00	13
Falta de ponto de táxi	01	01	00	00	01	03
Lixo nas esquinas	00	02	03	01	02	08
Falta de supermercado	01	03	04	04	03	15
Creche pequena	02	01	01	01	00	05
Energia elétrica fraca	00	01	01	03	02	07
TP mal localização	00	01	00	00	00	01
"Farofeiros"	00	00	03	02	03	08
Consumidores de droga	01	01	01	03	00	06
Barulho noturno no verão	01	01	01	06	01	10
Turista lota a praia	00	00	07	02	03	12
Servidões estreitas	01	00	01	00	00	02
Centro Comunit. mal organizado	01	02	01	00	00	04
Não há problema	00	00	00	01	00	01

Perguntas	Sub-regiões					Total
	69	71	73	75 e 77	79	
08 - Principais problemas da Tapera (estimulado)						
Alagamento, lama	01	06	03	01		11
Falta pavimentação	02	02	01	01		06
Vala a céu aberto	02	01	02	02		07
Falta Posto Policial	01	00	00	07		08
Lixo na Praia	02	05	06	04		17
Ônibus lotado	02	01	11	04		18
Sem rede de água	03	00	00	01		04
Sem rede de esgoto	00	00	00	01		01
Falta opções para jovens	00	00	01	01		02
Assalto	00	03	00	00		03
Falta padaria	02	00	03	04		09
Não há problema	00	00	00	01		01
09 - Renda Familiar						
Menos de 2 SM	00	01	00	00	00	01
2 a 4 SM	02	06	15	10	11	44
5 a 7 SM	09	05	18	03	04	39
8 a 10 SM	06	02	04	05	00	17
11 a 15 SM	00	01	01	03	00	05
16 a 20 SM	02	01	00	00	00	03
10 - Grau de instrução						
Não frequentou a escola	05	01	05	03	01	15
1º incompleto	08	09	17	08	10	52
1º completo	03	06	07	04	01	21
2º incompleto	03	00	06	01	03	13
2º completo	00	00	02	04	00	06
3º grau	00	00	01	01	00	02

E quando questionados sobre as vantagens de morar na Tapera os entrevistados indicaram principalmente a tranquilidade e a segurança presentes na comunidade, além de morar próximo da praia. Tanto que quando lhes foi dada a hipótese de poder escolher outro local para morar, 62% preferiu continuar na Tapera, e 16% preferia outro bairro mais próximo do centro e 17% em qualquer outro bairro de Florianópolis que não fosse a Tapera.

Em 1991, já apenas 16% dos moradores eram nativos da Tapera (nascidos e criados na comunidade), enquanto o número de pessoas que vieram de outro bairro de Florianópolis somava 52% e 27% de pessoas de outra cidade catarinense. Mostrando como a migração dentro da cidade e do estado se fortalecia, chegando a atualmente quando quase não se encontra pessoas que realmente foram criadas na Tapera.

Perguntas		
01 - Situação da propriedade	Quantidade	Taxa (%)
Aluguel	81	41
Venda	56	28
Compra	62	31
Total entrevistados	199	

02 - Cidade natal	Aluguel	Venda	Compra	Total	Taxa (%)
Florianópolis	20	23	26	69	35
outras cidades catarinenses	24	21	19	64	32
outros estados	37	12	17	66	33

03 - Renda Pessoal	Aluguel	Venda	Compra	Total	Taxa (%)
até 1 SM	13	12	16	41	21
1 - 2 SM	37	12	25	74	37
3 - 4 SM	24	23	13	60	30
5 - 7 SM	06	08	07	21	11
8 - 10 SM	01	01	01	03	02

04 - Renda Domiciliar	Aluguel	Venda	Compra	Total	Taxa (%)
até 1 SM	08	04	10	22	11
1 - 2 SM	25	15	20	60	30
3 - 4 SM	29	26	16	71	36
5 - 7 SM	14	09	08	31	16
8 - 10 SM	05	02	08	15	08

05 - Local de trabalho	Aluguel	Venda	Compra	Total	Taxa (%)
Região Centro/Leste (Florianópolis)	30	20	15	65	33
Região Sul (Florianópolis)	10	06	11	27	14
Região Norte (Florianópolis)	00	02	03	05	03
Continente (Florianópolis)	06	03	05	14	07
Tapera	16	04	05	25	13
São José / Biguaçu / Palhoça	03	01	00	04	02
Vários bairros	02	02	00	04	02
Do lar	00	00	01	01	01
não exerce trabalho remunerado	14	18	22	54	27



Perguntas		
06 - Motivos saída da comunidade	Venda	Taxa (%)
distância do trabalho	12	09
inexistência programa de urbanização	23	17
fugir violência	02	01
falta transporte	06	04
you tem melhor condição social/renda	08	06
valor do domicílio	05	04
casamento	03	02
já morou na comunidade	01	01
precariedade comércio/serviço	10	07
distância parentes	14	10
distância amigos	02	01
desvalorização do domicílio	08	06
não gosta do bairro	14	10
sair do aluguel	03	02
voltar para cidade de origem	07	05
tamanho do domicílio	13	09
inexistência escola/posto saúde	06	04
inexistência programa regularização	02	01

06 - Motivos mudança para a comunidade	Aluguel	Compra	Total	Taxa (%)
fugir da violência	18	11	29	07
já morou na Tapera	18	11	29	07
facilidade de transporte	13	13	26	07
tamanho domicílio	18	08	26	07
valor do domicílio	29	13	42	11
acesso escola	07	03	10	03
acesso hospital	04	02	06	02
valorização do domicílio	01	00	01	00
gosta do bairro	29	29	58	15
programa de regularização	00	01	01	00
casamento	07	04	11	03
proximidade comércio/serviço	00	05	05	01
sair aluguel	00	11	11	03
propriedade/título	00	06	06	02
melhor condição social/renda	08	06	14	04
redução com gastos públicos	08	04	12	03
proximidade amigos	08	04	12	03
proximidade parentes	38	29	67	17
proximidade trabalho	19	10	29	07

A pesquisa mostra que o número de aluguéis na Tapera cresceu de 5% em 1991 para 41% em 2005. Enquanto em 2005, 31% comprou a edificação e 28% estava vendendo no momento da pesquisa. Porém nem todos desse 28% têm o desejo de sair da comunidade, mas sim têm a necessidade de alterar de domicílio por outros motivos pessoais, como casamento/separação ou o tamanho do domicílio não comporta mais sua família. E ao perguntar as razões para sair do bairro, as respostas ficaram divididas nesses principais motivos: **17% pela inexistência de programa de urbanização**; 10% não gosta do bairro; 10% pela distância dos parentes; 09% pela distância de sua local de trabalho; 09% pelo tamanho do domicílio ser insuficiente. Apontando uma das principais precariedades da Tapera como a urbanização do bairro.

Em contrapartida, os que recém chegam são pelos motivos: 17% pela proximidade dos parentes; 15% porque gosta do bairro; **11% pelo preço do domicílio**. Os fatores proximidade dos parentes e gostar do bairro implicam mais uma vez na questão da identidade pessoal e bairrista que cada pessoa desenvolve durante sua moradia na cidade. Esta é influenciada pelas afinidades maiores que sentem em determinados lugares, como onde passaram a infância ou onde cultivaram seus vizinhos como amigos e comadres para todo momento. Como foi apontado na pesquisa de 1991, agora se repete o fator preço do solo mais uma vez como indutor da moradia na Tapera. Essas pessoas ainda vêm a Tapera como a solução de moradia na Ilha que podem custear. Já que a infra-estrutura mesmo tendo melhorado desde a década de 1990 quando surgiram os primeiros assentamentos ali, até o momento ainda não se mostra equivalente com o restante de Florianópolis como nas áreas centrais da cidade.

O percentual de moradores naturais Florianópolis praticamente permanece o mesmo, assim como o percentual de outros catarinenses que chegam na Tapera. Mas tem uma diferença agora em 2005 quando diminui o número de moradores nativos da Tapera, e essa taxa de moradores de Florianópolis mostra uma mobilidade intrabairros na cidade. No caso da Tapera essa mobilidade é entre assentamentos de baixa renda, e a comunidade é preferida como um lugar plano que dá a sensação de maior segurança e tranquilidade para esses moradores que saem dos outros bairros também para fugir da violência.

Interessante notar a taxa de pessoas que chegam de outros estados brasileiros, que em 1991 eram quase nulas. Agora em 2005 é expressiva em 33% dos entrevistados. E alguns lugares citados são: Paraná (20 pessoas), Rio Grande do Sul (22 pessoas), São Paulo (10 pessoas), Rio de Janeiro (7 pessoas), Mato Grosso do Sul (2 pessoas), Maranhão (1 pessoa), Pernambuco (2 pessoas), Minas Gerais (2 pessoas).

Para mostrar o fator expoliação no caso da Tapera pode-se ler o quadro dos seus locais de trabalho onde cerca de 45% dos entrevistados devem se locomover diariamente até partes distantes como as regiões centrais e continental de Florianópolis, ou até casos extremos que trabalham no norte da Ilha ou nas outras cidades da região conurbada de Florianópolis (São José, Biguaçu ou Palhoça). Mesmo que ainda expressivos 27% tem seu emprego próximos de sua habitação, no próprio bairro ou nos bairros vizinhos no Sul da Ilha. Provavelmente essa última taxa tenderá a crescer com o desenvolvimento previsto para essa região da cidade com investimentos como a alteração do Aeroporto Hercílio Luz.

RENDIMENTO MÉDIO E MEDIANO MENSAL - FLORIANÓPOLIS 2000

De Pessoas com Renda Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes - Renda em R\$

Município, Distritos e Bairros	Responsáveis por Domicílios	Total dos Rendimentos	Rendimento nominal médio mensal		Rendimento nominal mediano mensal	
			Valor (R\$)	S.M.	Valor (R\$)	S.M.
Florianópolis	99 196	160 510 286	1 618,11	10,7	850,00	5,6
Florianópolis (Distrito Sede)	66 848	124 495 851	1 862,37	12,3	1 000,00	6,6
Pedregal	267	146 209	547,60	3,6	430,00	2,8
Tapera	122	78 967	647,27	4,3	485,00	3,2
Tapera da Base	1 759	1 011 009	574,76	3,8	450,00	3,0

Salário Mínimo: R\$151,00

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

Elaboração: Maria Inês Sugai

FONTE: SUGAI, 2002 apud INFOSOLO - Florianópolis, 2005

Segundo dados dos setores censitários do IBGE de 2000 a Tapera apresenta o rendimento mediano em cerca de 3,0 SM. A região do Pedregal que não fez parte da pesquisa de 2005 (INFOSOLO-Florianópolis, 2005) apresenta menor renda que o restante das regiões da Tapera com 2,8 SM.

RENDIMENTO NOMINAL POR BAIRROS EM FLORIANÓPOLIS - 2000

Salário Mínimo R\$151,00

Municípios, Distritos, e Bairros	Domicílios particulares permanentes													
	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio													
	Até 1 sm	%	Até 2 sm	%	2 a 10 sm	%	Mais de 10 sm	%	Mais de 20 sm	%	Mais de 30 sm	%	Sem Renda (3)	%
Florianópolis	6131	5,91	17 016	16,39	51 932	50,02	30 248	29,14	12 929	12,45	7 226	6,96	4 624	4,45
Florianópolis (Distrito Sede)	3 787	5,44	10 310	14,80	32 060	46,03	24 478	35,14	10 997	15,79	6 228	8,94	2 807	4,03
Ribeirão da Ilha	385	6,75	1 149	20,13	3 607	63,20	699	12,25	124	2,17	50	0,88	252	4,42
Base Aérea	2	1,22	3	1,83	70	42,68	91	55,49	8	4,88	1	0,61	-	0,00
Pedregal	32	11,59	96	34,78	164	59,42	7	2,54	1	0,36	-	0,00	9	3,26
Tapera	14	10,85	37	28,68	80	62,02	5	3,88	2	1,55	-	0,00	7	5,43
Tapera da Base	153	8,02	506	26,53	1 205	63,19	48	2,52	6	0,31	4	0,21	148	7,76

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

Elaboração: Maria Inês Sugai

FONTE: SUGAI, 2002 apud INFOSOLO - Florianópolis, 2005

Ao comparar a Tapera com a Base Aérea o contraste do rendimento nominal é visível. Enquanto a Tapera (em todos seus setores censitários) apresenta cerca de 40% de até 2 SM e apenas 3% de sua população com mais de 10 SM; a Base Aérea apresenta mais da metade de sua população (60,98%) com mais de 10 SM. Ainda contando os moradores sem renda da Tapera chegam a cerca de 6,5%, estando acima do nível tanto do distrito do ribeirão quanto de Florianópolis.

Rendimento médio do Responsável pelo Domicílio Particular Permanente nas Favelas e Assentamentos Consolidados da Área Conurbada de Florianópolis - 2000

Salário Mínimo R\$ 151,00

Dados referentes aos setores censitários

Municípios, Bairros e Favelas	Nº do setor censitário	Pessoas responsáveis pelo domicílio particular permanente	Sem renda	%	até 1/2 sm	%	1/2 a 1 sm	%	1 a 2 sm	%	2 a 3 sm	%	Renda nominal mensal	Média de Renda nominal mensal em Reais	Média de Renda nominal mensal em sm
Florianópolis		103803	4623	4,45%	186	0,18%	5944	5,73%	10884	10,49%	10880	10,48%	160496680	1546,17	10,24
Tapera da Base															
Tapera	6	405	23	5,68%	1	0,25%	27	6,67%	57	14,07%	66	16,30%	268619	663,26	4,39
Tapera	7	190	12	6,32%	0	0,00%	13	6,84%	27	14,21%	28	14,74%	132380	696,74	4,61
Tapera	8	514	55	10,70%	4	0,78%	41	7,98%	116	22,57%	128	24,90%	221078	430,11	2,85
Tapera	9	505	37	7,33%	0	0,00%	44	8,71%	94	18,61%	117	23,17%	249185	493,44	3,27
Tapera	10	293	21	7,17%	1	0,34%	22	7,51%	59	20,14%	73	24,91%	139747	476,95	3,16
Pedregal															
Tapera	13	276	9	3,26%	0	0,00%	32	11,59%	64	23,19%	52	18,84%	146209	529,74	3,51

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

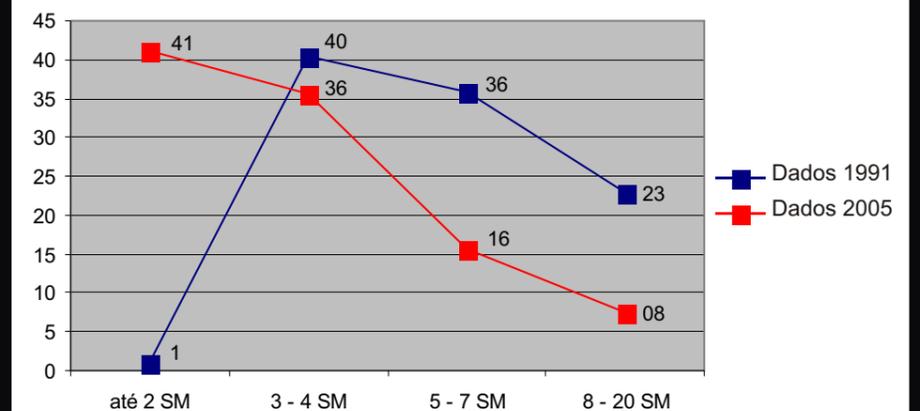
Elaboração: grupo INFOSOLO - ARQ/UFSC

FONTE: INFOSOLO - Florianópolis, 2005

Ao comparar os dados das entrevistas de 1991 e 2005 percebe-se que **a pobreza na Tapera aumentou**. Mesmo que a porcentagem do intervalo de 3 - 4 SM tenha decrescido um pouco, o que mostra que o índice da pobreza está maior é a porcentagem das pessoas que ganhavam até 2 SM que cresceu de 1% para 41%. E também outro fator negativo é que houve um decréscimo considerável nas porcentagens dos níveis de 5 - 7 SM e 8 - 20 SM.

Comprovando o que mostra os dados do IBGE de 2000 onde os setores censitários da Tapera até 2 SM contam em média com 27,5% da população. Apontando mais uma vez o crescimento da pobreza desde 2000 até 2005 e como **esse processo não está estagnado no bairro**.

EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR EM PORCENTAGEM



Fonte: elaborado pela autora sobre os dados de SILVA, 1991 e INFOSOLO-Florianópolis, 2005.



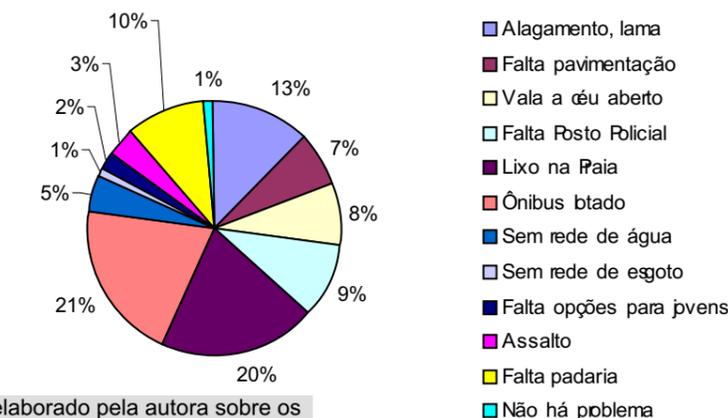
SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS

Em 1991, um dos problemas apontados na Tapera foi o alagamento em geral e lama formada nas vias, especialmente pela falta de pavimentação. Hoje vemos que a situação de alagamento continua já que o nível do bairro está abaixo do nível do mar, porém percebe-se que as ruas de acesso principal como a Rod. Açoriana, rua do Juca e rua das Areias já encontram-se pavimentadas o que ainda não ocorria até então. No entanto, a grande maioria das servidões na Barreira ainda fica lameada e está sem pavimentação, por isso muitos moradores insatisfeitos ainda apontam esse fator como grande problemática atual.

A principal urgência falada pelos moradores em 1991 era a falta de ônibus que causavam lotações desagradáveis. Hoje, os ônibus de linha da Tapera via Saco dos Limões e Tapera via túnel passam com maior frequência do que então. No entanto, nos horários de pico ainda lotam, porém na entrevista de 2005 é nula a taxa de moradores que apontaram esse como problema atual.

DADOS IBGE REFERENTES AOS SETORES CENSITÁRIOS - 2000

Principais problemas da Tapera (estimulado) em 1991



Fonte: elaborado pela autora sobre os dados de SILVA, 1991.

Fonte: elaborada pela autora a partir de SILVA, 1991

Algumas faltas preocupantes para a população na década de 1990 já foram supridas. Por exemplo, agora existe um posto policial localizado na Rod. Açoriana. Ou a falta de padarias e farmácias agora também existem várias localizadas nas vias principais do bairro.

No entanto, outros problemas ainda persistem e ainda outros pioraram. A vala de céu aberto que preocupava 8% da população continua aberta e apenas foi murada no início da rua do Juca, logo na lateral da creche. No restante dela a precariedade aumenta, quando o acesso sobre esta ocorre em tábuas de madeira que estão em decomposição colocando em risco os moradores. Os dados censitários do IBGE mostram a situação crítica da rede de esgoto dessa área, onde 95,5% dos moradores não estão ligados à rede de esgoto. Seus dejetos acabam em valas à céu aberto paralelas às ruas, que são canalizados na rua do Juca até chegar no mangue e então no mar.

A falta de opção para os jovens pode ter alterado com a quadra esportiva próxima ao centro de saúde. Fora esta não se encontra outras opções, e as crianças fazem da rua a prolongação do seu quintal e das suas brincadeiras.

INFRA-ESTRUTURA DO DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE NAS FAVELAS E ASSENTAMENTOS CONSOLIDADOS DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS - 2000

Dados referentes aos setores censitários

Municípios, Bairros e Favelas	Setor Censitário	Domicílio Particular Permanente	Abastecimento de Água		Presença de banheiro ou sanitário no Domicílio						Destino do lixo	
			Domicílios sem água encanada	%	Com banheiro	%	Sem banheiro	%	Com sanitário	%	Domicílios sem coleta de lixo	%
Florianópolis		103820	3511	3,38%	101997	98,24%	1806	1,74%	1280	1,23%	1066	1,03%
Tapera	6	405	0	0,00%	401	99,01%	4	0,99%	4	0,99%	0	0,00%
Tapera	7	190	2	1,05%	184	96,84%	6	3,16%	0	0,00%	2	1,05%
Tapera	8	514	1	0,19%	498	96,89%	16	3,11%	6	1,17%	29	5,64%
Tapera	9	505	2	0,40%	496	98,22%	9	1,78%	7	1,39%	0	0,00%
Tapera	10	293	2	0,68%	288	98,29%	5	1,71%	3	1,02%	2	0,68%
Pedregal												
Tapera	13	276	0	0,00%	273	98,91%	3	1,09%	2	0,72%	0	0,00%

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

Elaboração: grupo INFOSOLO - ARQ/UFSC

FONTE: INFOSOLO - Florianópolis, 2005

INFRA-ESTRUTURA DO DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE NAS FAVELAS E ASSENTAMENTOS CONSOLIDADOS DA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS - REDE DE ESGOTO - 2000

Dados referentes aos setores censitários

Municípios, Bairros e Favelas	Nº do setor censitário	C/ banheiro ou sanitário	Domicílios com banheiro ou sanitário sem rede de esgoto	%
Florianópolis		103277	53557	51,86%
Tapera da Base				
Tapera	6	405	393	97,04%
Tapera	7	184	176	95,65%
Tapera	8	504	465	92,26%
Tapera	9	503	496	98,61%
Tapera	10	291	264	90,72%
Pedregal				
Tapera	13	275	272	98,91%

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000

Elaboração: grupo INFOSOLO - ARQ/UFSC

FONTE: INFOSOLO - Florianópolis, 2005



Servidãoda Barreira lameada (fonte: autora, 2006)



Vala na rua do Juca (fonte: autora, 2006)

Rua do Juca (Fonte: SILVA, 1991)

Vala na rua do Juca parte murada lateral da creche (fonte: autora, 2006)



Acessos sobre a vala na rua do Juca (Fonte: autora, 2006)



TRANSFORMAÇÃO EM BAIRRO

Em destaque o título no jornal AN CAPITAL (junho, 2005) chama a atenção para ação de transformação da Tapera da Base em bairro: **Projeto transforma Tapera em bairro - Moradores do Ribeirão da Ilha pedem mais segurança, melhorias do sistema viário e ação contra loteamentos clandestinos.** Ainda complementa com a matéria: “Com oito mil habitantes, a comunidade da Tapera da Base poderá ser transformada em bairro até o final do ano. Atualmente é parte integrante do Ribeirão da Ilha e enfrenta problemas de toda ordem, como loteamentos clandestinos, sistema viário precário e falta de segurança pública. O projeto de lei é do vereador Márcio de Souza (PT). Segundo o petista, com a transformação em bairro, a comunidade vai receber outro tratamento do poder público. “Como bairro, cresce a responsabilidade do município e poderá haver uma efetiva aplicação de recursos na localidade”, diz ele”.

No entanto, o complemento do título da reportagem é dúbio. Ou mostra de quem é o real interesse nessa transformação dos moradores do Ribeirão da Ilha, que percebem a desvalorização de seus terrenos enquanto a Tapera apresenta o problema da “informalidade” e “ilegalidade”. E pela separação desses bairros o poder público deverá tratar ambos de forma separada nas ações públicas. Ou a visão desse título expressa que por ser transformada em bairro a comunidade da Tapera será mais visível aos olhos dos poderes públicos para sanar os problemas existentes na região como a clandestinidade, a violência e precariedade de equipamentos e serviços presentes.

Mas antes de entrar no caso específico da Tapera é necessário entender o significado de bairro nos âmbitos morfológicos, político-administrativo, social por um destaque teórico da sua relação espacial na cidade e no urbano.

Segundo GEORGE (1983, p.76 apud RAMOS, 2002, p. 01), o bairro é: “a unidade de base da vida urbana. [...] O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. [...] É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é o menos importante, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade”.

No entanto, Lefèbvre (1975) lembra que o bairro poder ser mais um instrumento da ideologia quando as instituições vinculadas a este visam seu domínio e controle. O autor ainda complementa que para compreender, definir o bairro, delimitando seus limites e seu grau de realidade, deve-se basear no contexto da cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou série de aspectos que engloba. “Por isso, o bairro não pode ser pensado de forma atemporal, ou seja, ignorando a história da cidade, pois ele não tem um grau de realidade constante ao longo dela e sua existência histórico-concreta depende da conjunção de vários aspectos da sociabilidade de um local ao longo de um dado período. Daí afirmar Lefèbvre (1975) que o bairro não é a essência da vida urbana, sendo uma organização espacial mais conjuntural do que estrutural” (RAMOS, 2002, p. 02).

Mas além da escala da cidade, “o bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro” (ROSSI, 1995 apud LEÃO BARROS, 2002).

“Dimensão Urbana a escala do BAIRRO: é a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade. A esta dimensão, os elementos morfológicos terão de ser identificados com as formas à escala inferior e a análise da forma necessita do movimento e de vários percursos. São os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e áreas verdes, que constituem os elementos morfológicos identificáveis. Diremos também que a forma a esta escala se constitui pela adição de formas à escala inferior” (LAMAS, 1993 apud LEÃO BARROS, 2002).

Nessa escala do bairro está presente a mediação de espaço público e privado, colocando em jogo as relações sociais. “De tal forma que o bairro é o locus de uma sociabilidade intermediária, baseada em larga medida no compartilhamento de referenciais espaciais comuns, como o espaço do encontro, construído no nível da vida cotidiana” (RAMOS, 2002, p. 02).

“Ao bairro, corresponde, pois: Um equipamento mais ou menos suficiente e completo. Não só um monumento (igreja), mas uma escola, uma agência dos correios, uma zona comercial, etc. Um determinado bairro, desta forma, não é por si só auto-suficiente. O equipamento depende de grupos funcionais mais amplos, ativos à escala da cidade, da região, do país. A estrutura do bairro depende estreitamente de outras estruturas mais vastas: municipalidades, poder político, instituições” (LEFÈBVRE, 1975, apud RAMOS, 2002, p. 02, 03).

Fazendo um parênteses aqui no caso da Tapera para lembrar que esta não possui uma integração com a cidade. A inexistência de equipamentos essenciais como escolas (a mais próxima de nível fundamental situa-se no interior da Base Aérea), torna a região totalmente dependente dos equipamentos essenciais para sua sobrevivência que estão nas regiões vizinhas ou ainda mais distante no centro da cidade. A Tapera como bairro ainda não se encaixa nessa explicação de Lefèbvre (1975). Mas no sentido do coletivo e da identidade social, os moradores locais têm a visão de limites claros entre a Tapera, Ribeirão da Ilha, Campeche e Base Aérea. Então a definição de bairro muda para o sentimento social, enquanto o coletivo como grupo aceita o espaço habitado como bairro dentro do seu processo histórico.

“(…) além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o 'sentimento de localidade' existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - O que é bairro? perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (SOUZA, 1987 apud LEÃO BARROS, 2002).

“Assim, segundo SOUZA (1989, p. 149): A rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e o subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de “pedaços da realidade social” que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. [...] A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias” (RAMOS, 2002, p. 03).

“SOUZA (1989, p. 150) esclarece ainda que: As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais” (RAMOS, 2002, p. 03).

Nesse ponto então a Tapera é considerada bairro, pois os moradores antigos já denominavam assim seu aglomerado urbano pelas suas distintas características físicas presentes, mesmo quando era ainda um povoado inexpressivo quantitativamente. E essa nomenclatura foi trazida até os tempos atuais, e até mesmo aceita por algumas instituições como a de transporte coletivo que na década de 1990 já possuía um carro assim denominado, o mesmo que ainda supre a região. E o sentido de identidade da população é mais claro até quando os moradores do Ribeirão da Ilha não querem ser confundidos com os taperenses, ou vice-versa. O bairrismo está presente e vai além dos critérios legais dessa transformação nominal.



Mas o significado da transformação legal para bairro também é importante. Já que esse recorte urbano é oficialmente delimitado e passa a fazer parte de projetos e planejamentos urbanos que são assistências devidas pelos órgãos públicos gestores. E também assim a população moradora do bairro pode se estabelecer em organizações coletivas de base social que têm o direito de defender e reivindicar seus interesses.

Discurso que é retomado por Souza (1989, p. 140), em sua abordagem política acerca do bairro: “ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana” (LEÃO BARROS, 2002).

PROCESSO ATUAL: TAPERA EM BAIRRO

Até o momento presente a Tapera ainda não foi legalizada bairro. O órgão responsável nessa transformação é o Instituto de Planejamento de Florianópolis (IPUF). No entanto, em conversas com funcionários deste órgão, muitos não sabem responder quais critérios são necessários para um lugar transformar-se em bairro. Dizem não haver critérios e é apenas querer. Todavia, sabe-se que essa não é a realidade. Mas até o momento não foi encontrada uma resposta para esta questão. Sabe-se apenas que atualmente a Tapera está dentro desse processo de transformação.



NOVAS INFLUÊNCIAS COM AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO HERCÍLIO LUZ

“Em 1927, o Centro de Aviação dispunha de uma pista de pouso para aeronaves terrestres e demais instalações de infra-estrutura. O Ministério da Aeronáutica inaugurou em 1955 um terminal de passageiros sob administração do Departamento de Aviação Civil. Entre outras instalações, havia uma torre de controle de concreto armado, um pátio para aeronaves e a pista compartilhada com a Base Aérea de Florianópolis, que se mantém até os dias de hoje.

Em 1974, a Infraero recebeu a **jurisdição do Aeroporto de Florianópolis**. Nos anos seguintes foram inaugurados o terminal de cargas e novo terminal de passageiros. A pista principal 14-32, com 2300 x 45 m², foi **aberta ao tráfego público em 1978**.

Na década de 80, foi realizada uma série de melhorias na infra-estrutura aeroportuária em Florianópolis. O terminal de passageiros foi ampliado, ganhou vias de serviço e um novo pátio de manobras. Em 1995, o Aeroporto de Florianópolis - Hercílio Luz foi **elevado à categoria de internacional**” (PMF, 2006).

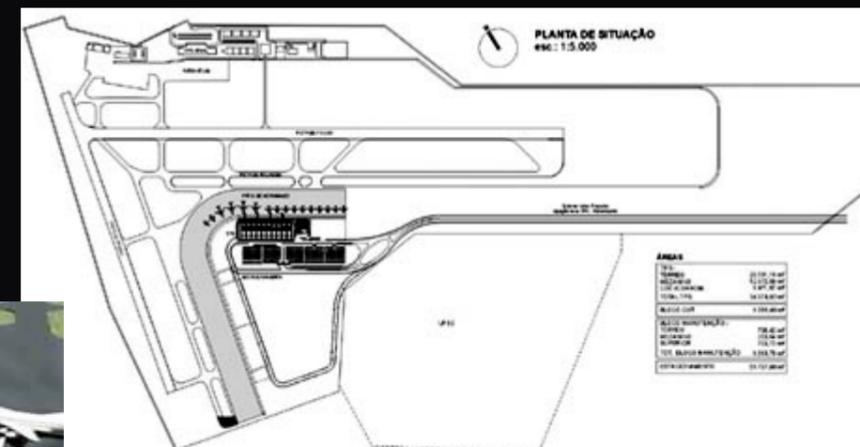
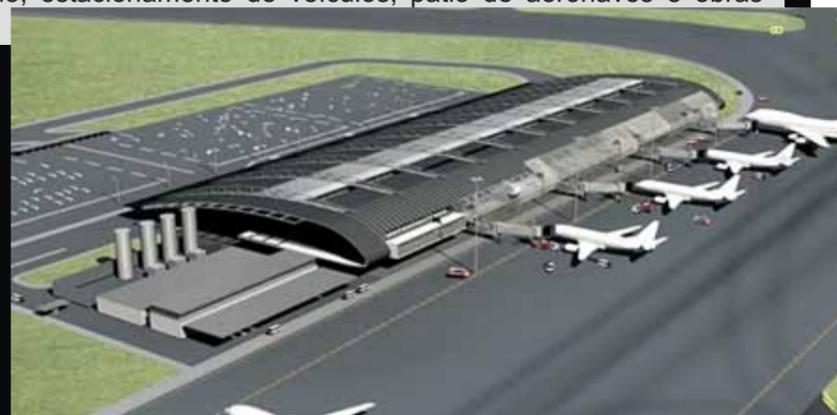
O Aeroporto, assim como a Base Aérea influenciou a região da Tapera. No sentido econômico ao alterar o foco de desejo dos trabalhadores em busca de emprego nesses estabelecimentos. E ao atrair mais pessoas ao bairro com a instalação de infraestrutura na Base” facilitando” o acesso teoricamente.

No seu processo de internacionalização também teve repercussões na comunidade. Quando um dos requisitos era a abertura de uma via de acesso ou a qualificação de alguma já existente, o que ocorreu na conexão entre a Tapera e o Campeche.

Agora será construída uma nova área para o aeroporto. A construção envolverá um novo terminal de passageiros, sistema viário externo, estacionamento de veículos, pátio de aeronaves e obras complementares.

O arquiteto Mário Biselli é o responsável pelo projeto vencedor do concurso para essa obra. Ao lado pode-se observar a implantação e uma perspectiva da nova construção.

Fonte: INFRAERO, 2006.



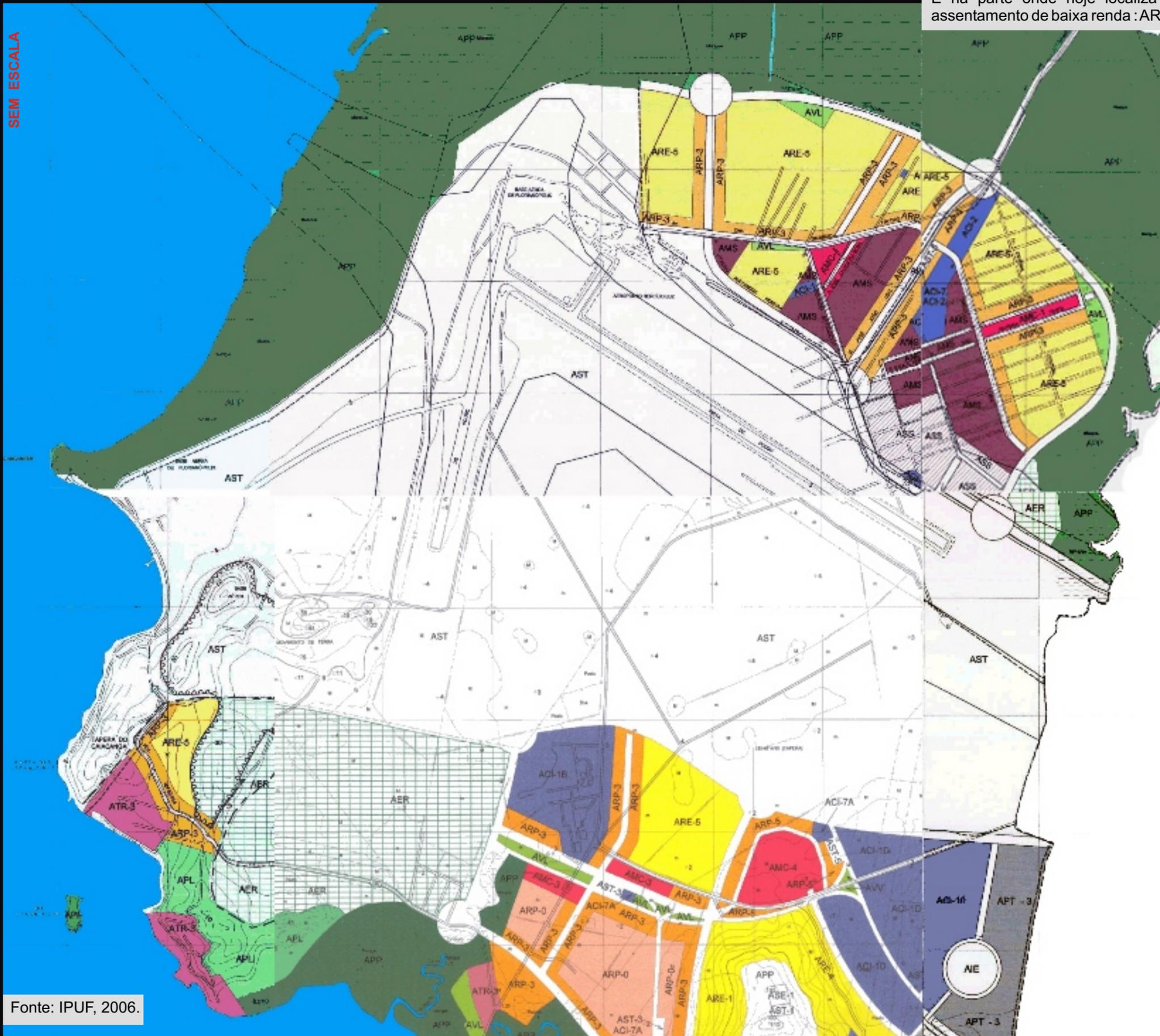
No entanto, as informações mais detalhadas de implantação geral para analisar a relação com o entorno imediato como a Tapera não foi permitido acessar. Mas sabe-se pelo Plano de Desenvolvimento Entremares (IPUF, 2006) que será abordado mais a frente no trabalho, que o Aeroporto terá uma via de conexão desde o bairro da Tapera.

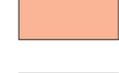
No Plano Diretor atual encontra-se na região da Tapera principalmente o zoneamento AER (Área de Exploração Rural) na parte da Barreira onde as ocupações são irregulares. No entanto, de acordo com a LC nº 116/2003 todos AER no perímetro urbano passaram para ARE - 5.
E na parte onde hoje localiza-se o Pedregal o zoneamento é correspondente a assentamento de baixa renda : ARP - 0.

A Área Turística Residencial (ATR) destina-se a concentrar equipamentos, edificações e empreendimentos que sirvam ao turismo. No entanto, na realidade na Tapera esses empreendimentos não passam de casas particulares de veraneio. E também nessa mesma faixa estão as casas de pescadores.

No geral todo o zoneamento da Tapera destina-se à edificações de no máximo 2 pavimentos. Exceto as áreas comunitárias institucionais (ACI) com máximo 4 pavimentos e áreas de parque tecnológicos (APT) com máximo de 6 pavimentos.

As áreas verdes de lazer existem no sentido de ainda permanecerem áreas com cobertura vegetal. Todavia pecam enquanto poderiam prover as necessidades precárias de áreas de lazer na comunidade.



-  **AER** - Área de Exploração Rural
Lote: INCRA
Testada: INCRA
Máximo: 2 pavimentos
IA: 0,8
TO: 40%
-  **ATR - 3**
-  **ARE - 5**
-  **ARP - 3**
-  **ACI - 1D**
-  **APL**
-  **APP**
-  **ARP - 0**
-  **AMC - 4**
-  **APT - 3**

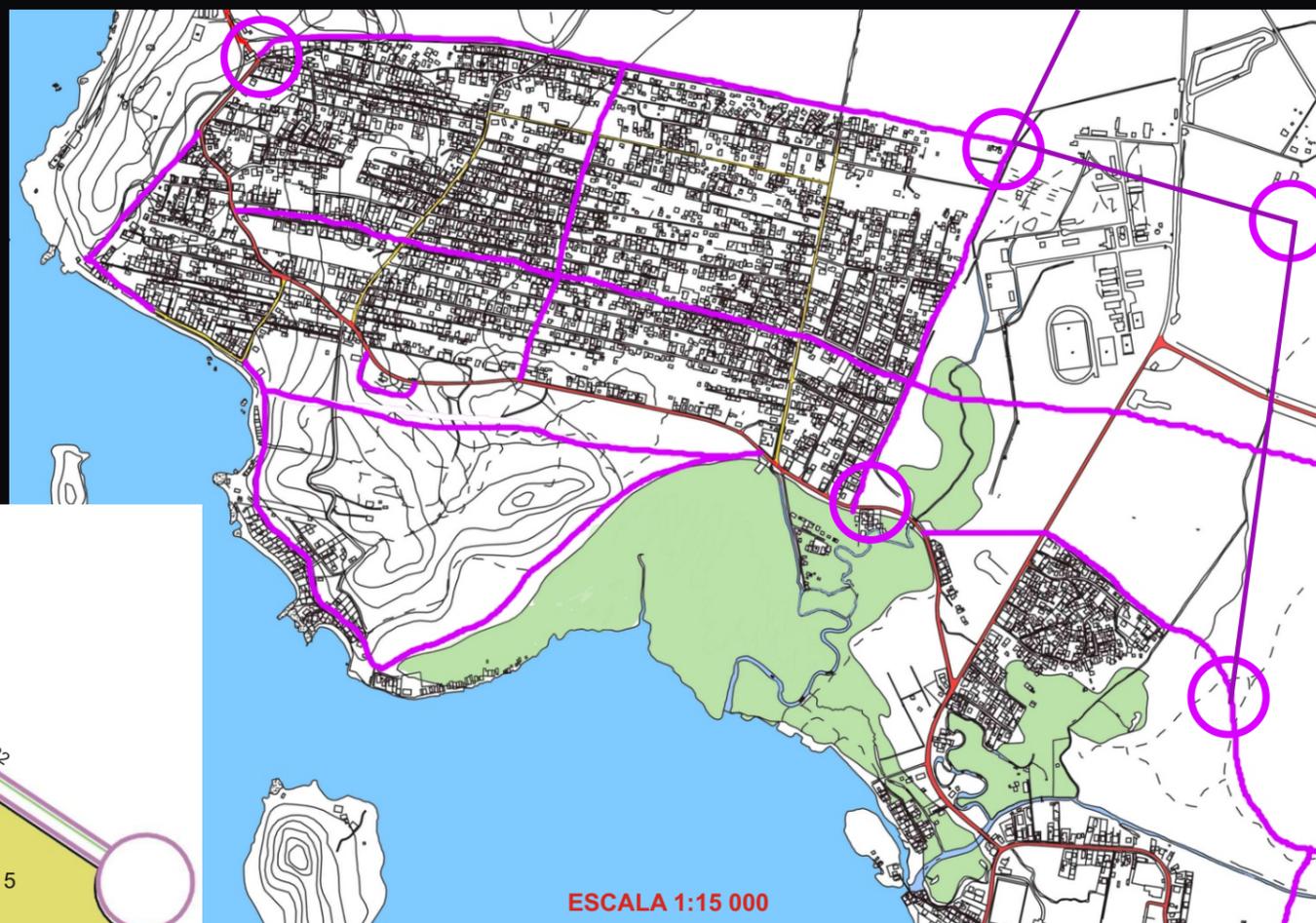
Fonte: IPUF, 2006.

PLANO ATUALIZADO

Abaixo o Plano Diretor com praticamente os mesmos zoneamentos do Plano Diretor original (página anterior). No entanto neste já observa-se a alteração para ARE - 5 na região da Barreira.

Nesse também pode-se notar grandes alterações no sistema viário. Uma nova via paralela à Rod. Açoriana corta todo o bairro, desde o controle de entrada e saída da Base até o Alto do Ribeirão. Também no limite extremo com a Base Aérea na região norte do bairro.

Outras mudanças que deve-se comentar aqui são: a abertura de uma via que liga as praias do Garcia e a praia da Tapera, contorna o mangue e chega na via principal; e uma via que corta a área da Barreira no sentido transversal, o que não existe nenhuma atualmente.



ESCALA 1:15 000

Acima está o mapa com a situação real do bairro, no qual complementou-se com linhas de cor roxa as principais alterações de vias e nós da Tapera. No nó da lateral esquerda do CEFA segue uma via que será conexão até a nova construção do Aeroporto Hercílio Luz.



ESCALA APROXIMADA 1:15 000

	ARE - 5		APL
	ATR - 3		APP
	ACI		AVL
	ARP - 3		AMS
	ARP - 0		
	AMC - 1		

Fonte: IPUF, 2006.

Essas alterações são os primeiros passos do plano diretor Entremares que ainda está sendo elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). É com base na situação existente, por isso o zoneamento percorre os limites dos lotes das edificações.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ENTREMARES

A via de acesso pela Base agora fará parte do bairro

Área de Sistema Viário e de Transporte AST-3
Será implantado nessa área um terminal de ônibus que provavelmente atenderá as regiões vizinhas como Ribeirão.

Área do Sistema Produtivo Comunitário

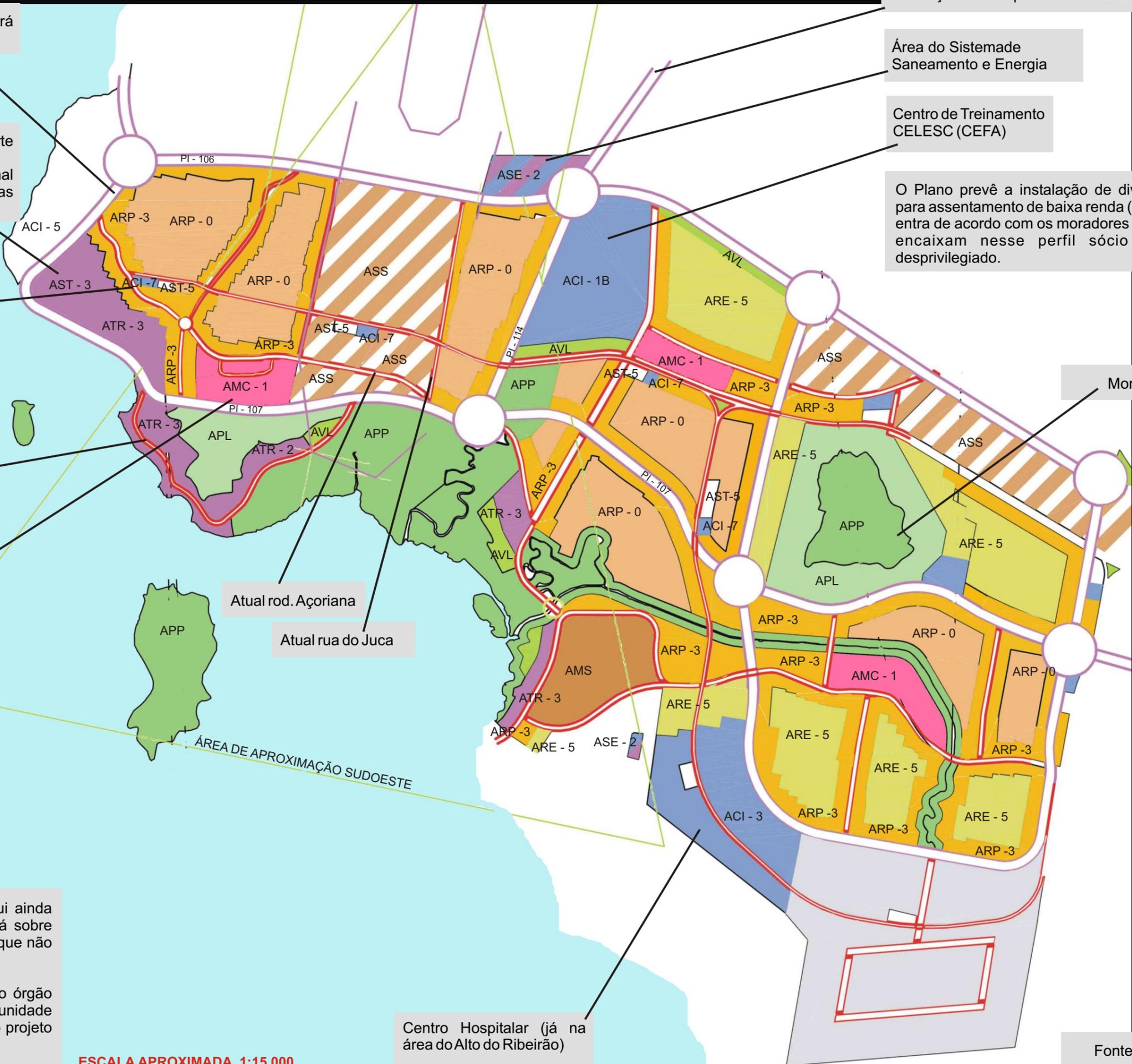
Via que conecta praia da Tapera e praia do Garcia, dando continuidade a atual rua da Praia.

Área Mista Central fará predominar comércio onde hoje ainda é um terreno vazio.

O Plano Entremares apresentado aqui ainda está sendo avaliado pelo IPUF e está sobre constante modificações, sendo assim que não é a versão finalizada.

Após finalizar uma versão, só então o órgão público entrará em contato com a comunidade para fazer eventuais modificações no projeto antes de ser legalizado.

ESCALA APROXIMADA 1:15 000



Nova via necessária para conexão com futura construção do Aeroporto Hercílio Luz.

Área do Sistema Saneamento e Energia

Centro de Treinamento CELESC (CEFA)

O Plano prevê a instalação de diversas zonas para assentamento de baixa renda (ARP-0). Isso entra de acordo com os moradores atuais que se encaixam nesse perfil sócio econômico desprivilegiado.

Morro do Peralta

Centro Hospitalar (já na área do Alto do Ribeirão)

Fonte: IPUF, 2006.

PREVISÃO DA EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO



- PRINCIPAL EXPANSÃO
- OCUPAÇÃO DAS MARGENS DA ROD. APARÍCIO CORDEIRO
- EXPANSÃO DE ÁREAS NA COMUNIDADE DA TAPERA:
- 1 AUMENTO DAS CASAS DE VERANEIO E DE MAIOR RENDA PRÓXIMO À PRAIA DO GARCIA
- 2 OCUPAÇÃO DE LOTE VAZIO POR COMÉRCIOS E SERVIÇOS
- 3 OCUPAÇÃO DO MANGUE, ALASTRANDO EDIFICAÇÕES NA MARGEM DA ROD. AÇORIANA
- 4 ALSTRAR OCUPAÇÃO DA BARREIRA EM SENTIDO DA RUA JOSÉ OLÍMPIO DA SILVA (RUA DO CEFA)
- 5 EXPANSÃO DA REGIÃO DO PEDREGAL EM SENTIDO DA ROD. APARÍCIO CORDEIRO
- FUTUROS NÓS IMPORTANTES
- VALORIZAÇÃO DO SOLO
- NOVO ACESSO PREVISTO EM DIREÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO AEROPORTO HERCÍLIO LUZ

Fonte: CELESC, 2002 apud IPUF, 2006.

MD s INTEGRAR A TAPERA À CIDADE E À REGIÃO

Através da qualificação e quantificação da acessibilidade ao bairro; da elaboração de equipamentos de comércio, serviço ou até mesmo de lazer nona motivação de atrair a Tapera e os bairros vizinhos da região para um ponto de encontro. Para não correr o risco de qualificar apenas a integração bairro-bairro e assim este se fecha para a cidade, no sentido das pessoas não querer ou não necessitar mais de uma troca com seus vizinhos de região.

MD s COMPLEMENTAR PROGRAMAS SOCIAIS E CULTURAIS QUE EVITEM A EXCLUSÃO

Assim como o Centro Comunitário da Tapera já vem lutando por mudanças com a elaboração de programas que trabalham em paralelo com parcerias para qualificar jovens para o primeiro emprego, ministrar cursos artesanais, cursos profissionalizantes, organizar recreações em festas e movimentos tradicionais da comunidade como no verão "invadem" a praia com jogos, desfiles e música. Propõe-se uma continuidade desse esforço da comunidade já que atualmente conta com insuficiência de espaço físico para suprir essa sua necessidade.

MD p

QUALIFICAÇÃO DO BAIRRO

MD s

CRIAR REDE DE ESGOTO

O atendimento de uma necessária rede de saneamento é um dos principais problemas na região onde valas de esgoto correm a céu aberto nas ruas, aumentando o risco da proliferação de animais tóxicos e de doenças. A região ainda conta com espaços vazios que propiciariam o tratamento de esgoto da comunidade de maneira mais saudável, ecológica e sustentável ali mesmo na região. Resolvendo em contrapartida a poluição do ribeirão do Chico Crioulo (vala da Rua do Juca) e outros afluentes que despejam os resíduos da população no mar.

MD s

DRENAR E PAVIMENTAR

As ruas e servidões da comunidade necessitam uma pavimentação muito permeável já que o problema de alagamento é constante por estar abaixo do nível do mar. Além de uma drenagem necessária para escoar toda água acumulada nas ruas, evitando possíveis inundações e formações de lama nos acessos.

MD p 1

"Costurar" o bairro ao criar qualidade especialmente principais vias locais, não permitindo que se transformem em ruas estritamente comerciais e repetindo o que acontece em outros bairros da cidade como a Trindade e Estreito. Mas permitir uma mescla de atividades que dão vida ao local durante todo o dia. Ou seja, levantar todo um zoneamento das atividades reais que já ocorrem lá e propor melhorias com zoneamentos aprimorados visando o enriquecer social dos moradores.

MD p 2

Aumentar a acessibilidade intra-bairro. O bairro conta ainda com alguns vazios urbanos, como lotes intermediários entre outros lotes que perdem a acessibilidade pelas vias. Ou ainda servidões que contam apenas com fundos de casas em uma das laterais. Ou lotes que cortam a rua e dando um fim à mesma, a qual caso contrário fisicamente continuaria com a ausência deste lote. E a maior questão de acessibilidade principalmente na área da Barreira é propor vias transversais cortando essa extensão de servidões paralelas que chegam a mais ou menos 1,5 Km sem conexão. Essa proposta pode ser tanto em pequenos cortes e ligação ou também um maior de rápido acesso que vá de ponta a ponta.

MD p 3

Criar uma linha de atividades e equipamentos propostos que seguem pelas áreas protegidas dando os cuidados necessários como áreas de amortecimento para zelar pelo bem estar dos seres vivos do mangue. Linha esta que chegaria nas praias, usando trilhas já existentes e outras novas para conectar: o bairro à praia (evitando dar as costas ao mar), ambas as praias, e finalmente o bairro ao mangue e às áreas verdes de lazer. Ao propor atividades e equipamentos de encontro e lazer.

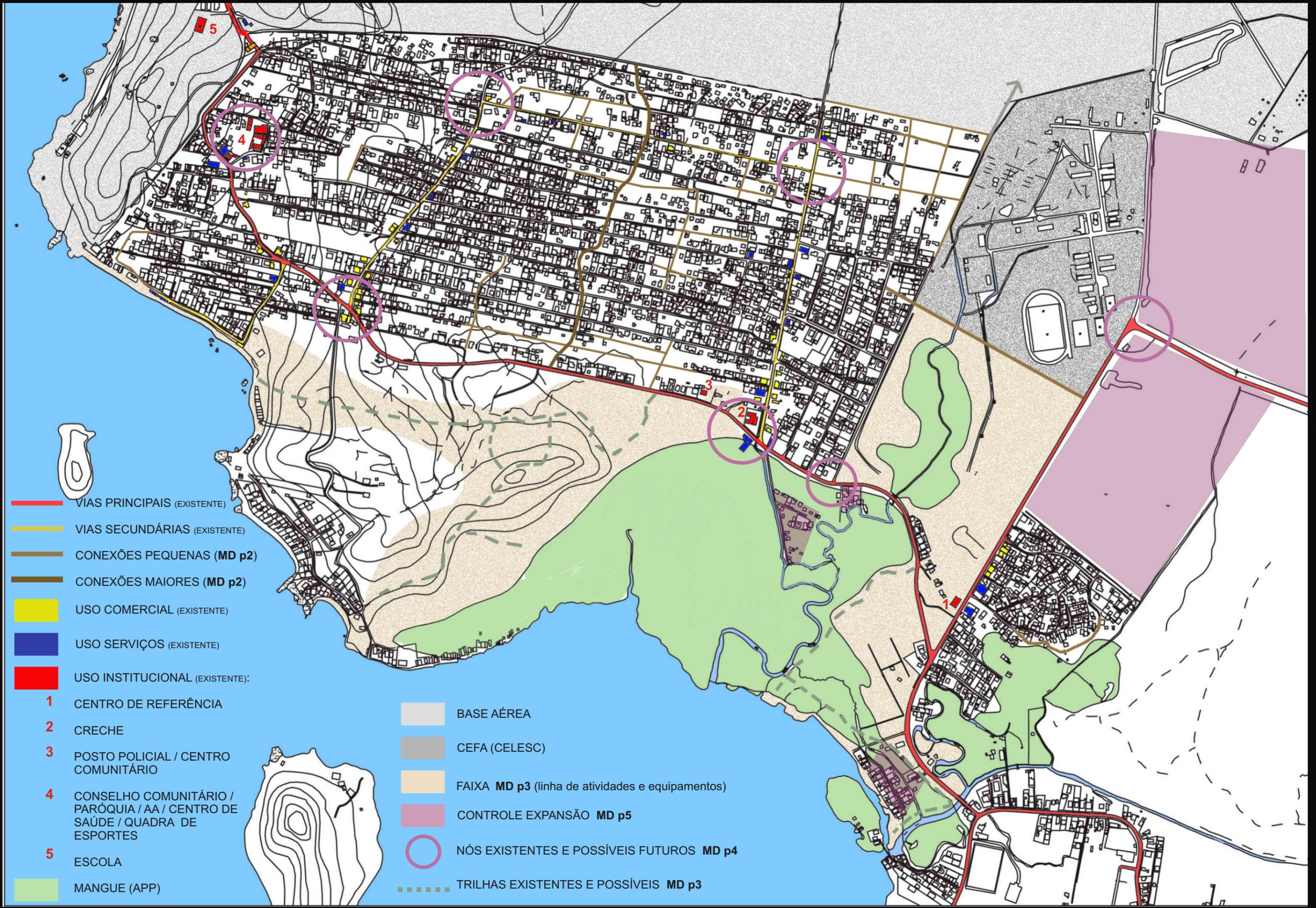
MD p 4

Qualificar os nós existentes e futuros possíveis. São ligações das principais vias ou pontos de encontro que necessitam equipamentos que qualifiquem o local dando até uma identidade e pontos de referência e localização para a população.

MD p 5

Indicar também através de zoneamentos e de atividades propostas no entorno o sentido desejado na expansão urbana. Para cuidar de áreas preservadas como o mangue que estão gradativamente sendo ocupadas. E como ainda são relativamente poucos nessas áreas impróprias, essas pessoas poderiam ser relocadas para outras áreas do próprio bairro já que este possui diversos espaços vazios próprios para habitação. Essa relocação não seria no sentido de expulsar os moradores da comunidade ou de seu pequeno aglomerado, mas seria um princípio para evitar que essa prática de ocupar o mangue da região se alastre.

DIRETRIZES PRINCIPAIS





CASA E BARRACOS DOS PESCADORES - REVITALIZAR

ESTACIONAMENTO

ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DAS EMBARCAÇÕES

ENTRADA E SAÍDA DAS EMBARCAÇÕES

RESTAURANTE

DECK



CASA DO PERALTA - ACERVO HISTÓRICO

BAR (já existente)

TRILHA CONECTA COM MANGUE E A OUTRA PRAIA (DO GRACIA)

EQUIPAMENTOS EDIFICADOS

LAZER (EX. CINEMA)
SERVIÇOS (CENTRO PROFISSIONALIZANTE; SALAS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO; CENTRO DE AUXÍLIO PARA OS PESCADORES; ESCOLA ENSINO BÁSICO E FUNDAMENTAL; CRECHE...)
COMÉRCIO (EX. SUPERMERCADO, PAPELARIA)

EQUIPAMENTOS NÃO-EDIFICADOS

(ÁREAS VERDES DE LAZER)
PRAÇAS / ESTARES
QUADRAS DE ESPORTE
CICLOVIAS
TRILHAS / CAMINHOS
MIRANTE
ZONA DE AMORTECIMENTO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras: FAPERJ, 2003.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOSCHI, Renato Raul; **DINIZ**, Eli. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 179p.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos : o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 3.ed São Paulo: Studio Nobel, 1992. 144p.

CESA, Márcia. Ribeirão da Ilha Ocupação Humana: A qualidade das águas fluviais e a maricultura. Resumo. XXIV SEMAGEO. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, 2003.

CENTRO COMUNITÁRIO DA TAPERA. Apresentação de proposta de um Centro de Oficinas Profissionalizantes. 2005.

FEITOSA, Flavia da Fonseca. *Índices Espaciais para Mensurar a Segregação Residencial: O Caso de São José dos Campos (SP)*. Mestrado em Sensoriamento Remoto. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, Brasil. São José dos Campos, 2005.

INFOSOLO-Florianópolis. *Mercados informais de solo urbano nas cidades brasileiras e o acesso dos pobres ao solo: Região Metropolitana de Florianópolis*. Relatório Parcial de Pesquisa - Agosto de 2004 a Abril de 2005. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

INFRAERO Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária. *Aeroporto Internacional de Florianópolis*. <http://www.infraero.gov.br> (site acessado em 21/03/2006).

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <http://www.ipea.gov.br/> (site acessado em 02/06/2005).

IPUF Instituto de Planejamento de Florianópolis. *Plano Diretor e Plano de Desenvolvimento Entremares*. www.ipuf.sc.gov.br, 2006.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202p.

LEÃO BARROS, Sandra Augusta. *O que são os bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Recife: Imprensa Universitária UFRPE/Fapesp, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359p.

MARICATO, Erminia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 166p.

PERES, Lino Fernando Bragança; **ROBLES BAEZ**, Mario L; Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Facultad de Arquitectura. *Crisis de un patron de desarrollo territorial y su impacto urbano habitacional en Brasil-1964-1992 : La Punta del Iceberg : los 'sin-techo' en la region de Florianópolis, SC*. 1994. 2v.Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Facultad de Arquitectura

PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Política Habitacional de Florianópolis*. Versão preliminar. Florianópolis, 2002.

PINHO, Jorge de. *A Base Aérea e a Tapera Relações sócio-econômicas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Fevereiro, 1999. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: Fase, 1997.

ROLNIK, Raquel, et al. *Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar*. Instituto Pólis. São Paulo: Peres, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos. SC, 2003.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1965.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 4ª ed. São Paulo Ed. Hucitec: 1998.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1926.

SILVA, Jefferson Proêncio da. *O capital e a organização do espaço: o caso da Tapera, Florianópolis, Santa Catarina*. Florianópolis, 1991. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

SMHTDS Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. *Diagnóstico das áreas de interesse social*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. (1989) "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.

SUGAI, Maria Inês; Universidade de São Paulo. *Segregação silenciosa investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis*. São Paulo, 2002. 2 v.Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001. 373p.

VILLAÇA, Flavio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.